



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | Fevereiro 2014



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2014

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Artigos	33
Em Análise	35
Evolução Recente do Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com o Brasil	35
Contributo dos Produtos “Agroalimentares” para o Crescimento das Exportações	45
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	55
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No quarto trimestre de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 3,4% em termos homólogos (2,6% no terceiro) devido à melhoria das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos. Neste período, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, em resultado das exportações mundiais; já que as importações mundiais estabilizaram.
- * O PIB da OCDE acelerou para 2,2% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2013, (1,5% no 3.º trimestre) influenciado por um reforço do crescimento dos EUA, Japão e União Europeia. Em dezembro de 2013, a taxa de inflação homóloga da OCDE subiu para 1,6% (1,5% em novembro) em consequência da aceleração dos preços de energia para a generalidade dos países e a taxa de desemprego desceu para 7,6% (7,7% em novembro). Relativamente aos mercados emergentes, parte desses países apresentou um crescimento menos robusto no último trimestre de 2013, com destaque para a desaceleração do PIB da China. Alguns deles, apresentaram, no período mais recente, uma forte depreciação das suas moedas (Argentina, Turquia, Rússia, e República da África do Sul) em virtude dos desequilíbrios económico-financeiros e incertezas políticas terem levado a uma elevada saída de capitais desses países.
- * Nos EUA, o PIB aumentou 2,7% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2013 (2,0% no 3.º trimestre) influenciado por um aumento do consumo privado e das exportações. Pelo contrário, o investimento privado no segmento residencial apresentou uma desaceleração significativa, invertendo a tendência de um crescimento robusto registado desde o 1.º trimestre de 2012. Os indicadores disponíveis para o início de 2014 indicam a continuação de uma atividade económica dinâmica, embora em ligeira desaceleração. Em janeiro de 2014, a taxa de desemprego desceu para 6,6% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,6%.
- * No 4.º trimestre de 2013, a economia europeia continuou a melhorar, tendo o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) aumentado 1,0% e 0,5% em termos homólogos reais, respetivamente (0,2% e -0,3%, no 3.º trimestre) realçando-se o facto da variação do PIB da AE não apresentava um valor positivo desde o 4.º trimestre de 2011. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB trimestral em cadeia da AE deve continuar a aumentar no 1.º trimestre de 2014 (+0,3% no 4.º trimestre de 2013). Em janeiro de 2014, o indicador de sentimento económico aumentou tanto para a UE como para a AE, abrangendo a generalidade dos indicadores de confiança. Em dezembro de 2013, a taxa de desemprego diminuiu para 10,7% na UE e manteve-se em 12,0% na AE. Em janeiro de 2014, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 0,8% e diminuiu para 1,3% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,4% em dezembro de 2013).
- * Em fevereiro de 2014 e, até ao dia 25, o preço *spot* do petróleo *Brent* apresentou uma subida ténue para se situar, em média, em 109 USD/bbl (80€/bbl).
- * As taxas de juro de curto prazo desceram ligeiramente ao longo do mês de fevereiro, situando-se, em média, até ao dia 25, em 0,28% e as dos EUA mantiveram em 0,24%.
- * A taxa de câmbio de euro apreciou-se face às principais divisas internacionais em fevereiro de 2014, tendo o euro face ao dólar situado, em 1,38, no dia 25 (1,35 no final de janeiro).

Conjuntura Nacional

- * Segundo a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2013 o PIB terá aumentado 1,6% (-0,9% no 3.º trimestre). Em termos anuais, o PIB terá diminuído, em volume, 1,4% (variação de -3,2% em 2012).

- * A taxa de desemprego no 4.º trimestre de 2013 fixou-se nos 15,3 (-0,3p.p. do que no 3.º trimestre), levando a que a média anual fosse de 16,3%.
- * O indicador de confiança dos consumidores também registou uma melhoria no trimestre terminado em janeiro, face ao 4.º trimestre de 2013.
- * A variação homóloga do IPC em janeiro foi de 0,1%, um valor inferior aos 0,2% registados em dezembro e no mês homólogo de 2013. O IPPI caiu 1,4%. face a janeiro de 2013. A variação homóloga do IHPC foi de 0,1%.
- * Em janeiro 2014, o excedente global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 636M€, aumentando 510M€ face ao período homólogo. O saldo relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro ascendeu a 638,7M€.
- * Para este comportamento contribuíram a diminuição do défice do Estado (em 550,3M€) e a melhoria dos excedentes da Administração Local (em 35,3M€) e dos Fundos e Serviços Autónomos (em 16,7M€). Em sentido contrário, a Segurança Social e a Administração Regional contribuíram para o agravamento do saldo das Administrações Públicas ao diminuir o seu excedente (respetivamente em 86,7M€ e em 5,5M€).
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS, em janeiro revela um excedente de 5,5M€, correspondendo a uma diminuição de 39,3M€ face ao período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em dezembro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 213,4 mil M€, menos 3 760M€ que no final de novembro e mais 8 546M€ que no final de 2012.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 4,6% no ano de 2013. Neste mesmo período, as importações cresceram apenas 0,8%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 14,9%, correspondendo a 1 630 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 83,6%, mais 3p.p. que em igual período de 2012.
- * No ano de 2013, a maioria dos grupos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações totais de mercadorias. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,6p.p.), dos “Agroalimentares” (+0,8p.p.), dos “Químicos” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,7p.p.).
- * Neste período, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 3,4 % e contribuíram em 2,4p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 3,3 % e as exportações para os países do Alargamento 4,6 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,2p.p. e 0,1p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,6% do total de janeiro a dezembro de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+2,2p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (+0,4p.p. e +0,3p.p. respetivamente).
- * No ano de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 7,7%, passando a repre-

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a dezembro de 2013.

sentar 29,8 % do total das exportações nacionais (+0,8p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para Marrocos (+59,5%), Argélia (+23,7%) e Moçambique (+14,0%).

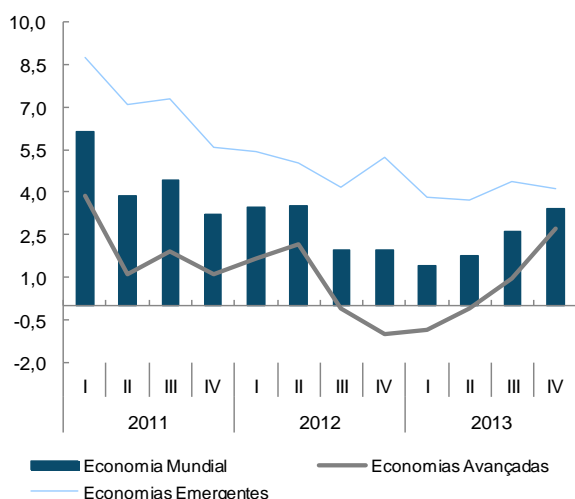
- * De janeiro a dezembro de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 4,5%. As exportações de produtos de baixa e média-baixa intensidade tecnológica são as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,2p.p. e +2,0p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de novembro de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,3% nos primeiros onze meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance de crescimento relativamente à dos Bens (7,0% e 4,6%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (3,3p.p.)

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 4.º trimestre de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 3,4% em termos homólogos (2,6% no 3.º trimestre) devido à melhoria das economias avançadas. Pelo contrário, a produção industrial dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou causado sobretudo pela desaceleração dos países asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



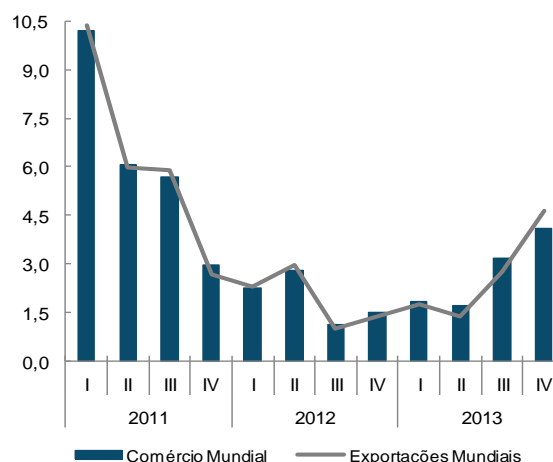
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também acelerou neste trimestre em resultado do reforço das exportações mundiais; já que as importações mundiais estabilizaram.

De facto, no 4.º trimestre de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 4,1% (3,2% no 3.º trimestre);
- as exportações mundiais aceleraram para 4,6% (2,7% no 3.º trimestre); enquanto as importações mundiais mantiveram a mesma taxa de crescimento (3,6%).

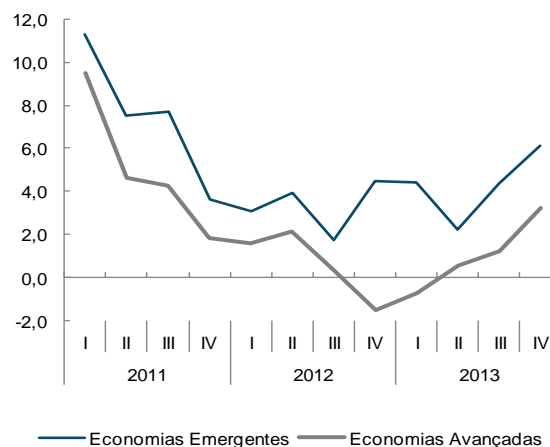
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A melhoria das trocas comerciais mundiais no 4.º trimestre de 2013 deu-se sobretudo devido ao melhor desempenho das economias avançadas, as quais registaram uma aceleração das exportações e uma recuperação das importações. Quanto aos países emergentes, estes assistiram à continuação do fortalecimento das exportações mas as importações abrandaram, especialmente da Ásia.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

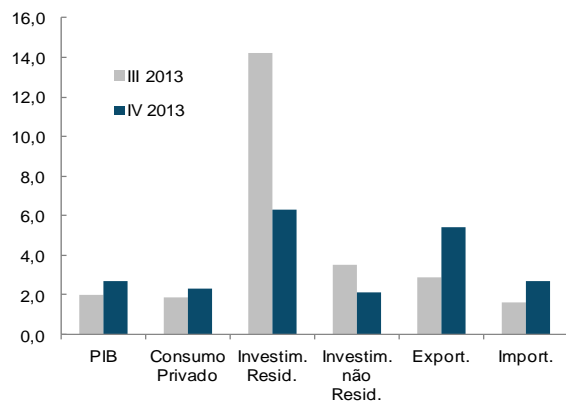
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012				2013				
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,3	2,0	1,4	1,8	2,6	3,4	3,2	3,3	3,5	3,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,7	-1,0	-0,8	-0,1	0,9	2,7	2,2	2,4	3,1	2,7
Economias Emergentes	VH	CPB	4,0	5,2	3,8	3,7	4,4	4,1	4,3	4,1	3,8	4,4
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,7	1,5	1,8	1,7	3,2	4,1	3,2	4,2	3,5	4,6
Importações Mundiais	VH	CPB	2,8	1,6	1,9	2,1	3,6	3,6	3,9	3,7	2,4	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	-1,5	-1,7	-1,2	-0,1	1,3	1,0	2,0	0,5	1,6
Economias Emergentes	VH	CPB	6,2	5,0	5,8	5,6	7,7	5,8	7,0	5,4	4,4	7,7
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,6	1,4	1,8	1,4	2,7	4,6	2,4	4,7	4,6	4,7
Economias Avançadas	VH	CPB	1,0	-1,5	-0,7	0,5	1,2	3,2	2,3	3,8	2,9	2,9
Economias Emergentes	VH	CPB	4,3	4,5	4,4	2,2	4,3	6,1	2,5	5,6	6,3	6,5

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB acelerou para 2,7% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2013 (2,0% no 3.º trimestre), influenciado por um aumento do consumo privado e das exportações. Pelo contrário, o investimento privado no segmento residencial apresentou uma desaceleração significativa, invertendo a tendência de um crescimento robusto registado desde o 1.º trimestre de 2012.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

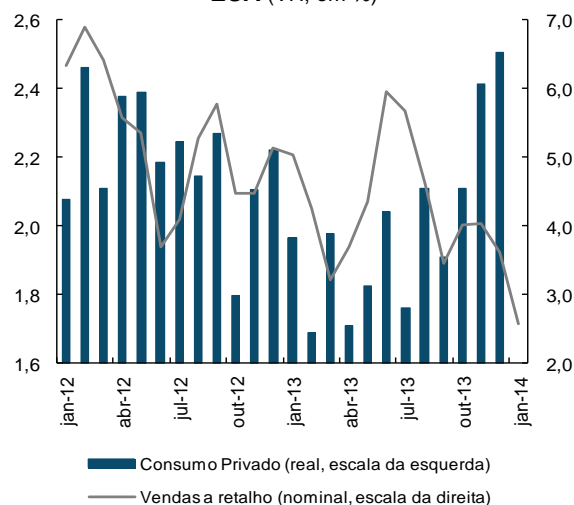


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início de 2014 indicam a continuação de um forte dinamismo da atividade económica, embora em ligeira desaceleração. Assim, em janeiro de 2014 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 2,9% (3,3% em dezembro de 2013) em linha com a diminuição do indicador de confiança dos empresários da indústria;
- as vendas a retalho abrandaram para 2,6% em termos nominais (3,6% em dezembro de 2013) acompanhando a diminuição do indicador de confiança dos consumidores;
- a taxa de desemprego desceu para 6,6% e a taxa de inflação aumentou para 1,6% (1,5% em dezembro de 2013).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

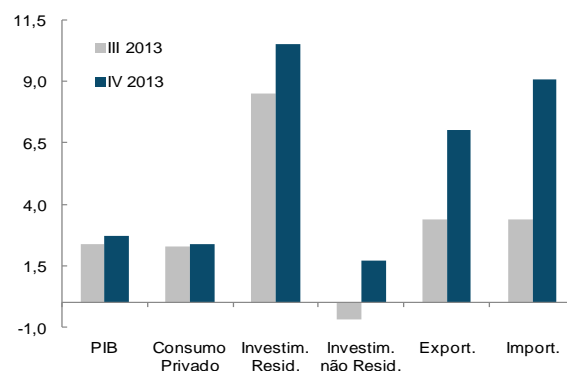


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre de 2013, o PIB do **Japão** aumentou 2,7% em termos homólogos reais (2,4%, no 3.º trimestre). A melhoria da economia resultou do fortalecimento da generalidade dos indicadores (com exceção do consumo público).

Em dezembro de 2013, a taxa de inflação homóloga subiu para 1,6%, prossequindo a trajetória ascendente dos últimos meses associado à depreciação do iene e ao impacto de uma política monetária e orçamental mais expansionista.

Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

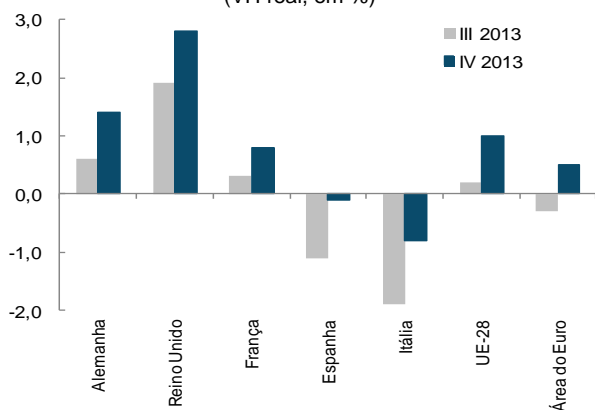
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013			2014
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	1,9	2,0	1,3	1,6	2,0	2,7	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,6	2,8	2,4	2,0	2,6	3,3	3,7	2,9	3,3	2,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	53,9	50,4	52,3	50,8	55,7	56,7	56,6	57	56,5	51,3
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,7	59,0	56,4	55,4	58,8	56,2	58,9	55,3	54,3	56,3
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	79,2	79,4	76,7	81,7	81,6	76,9	73,2	75,1	82,5	81,2
Taxa de Desemprego	%	BLS	7,4	7,8	7,7	7,5	7,2	7,0	7,2	7,0	6,7	6,6
China – PIB real	VH	NBSC	7,7	7,9	7,7	7,5	7,8	7,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	9,5	18,9	4,1	4,0	7,6	5,6	12,7	4,3	10,6
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,6	-0,4	-0,1	1,3	2,4	2,7	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2013, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) melhorou, tendo aumentado 1,0% e 0,5% em termos homólogos reais, respetivamente (0,2% e -0,3%, no 3.º trimestre). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB trimestral em cadeia da AE deve continuar a aumentar no 1.º trimestre de 2014 (0,3% no 4.º trimestre de 2013). A melhoria da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países.

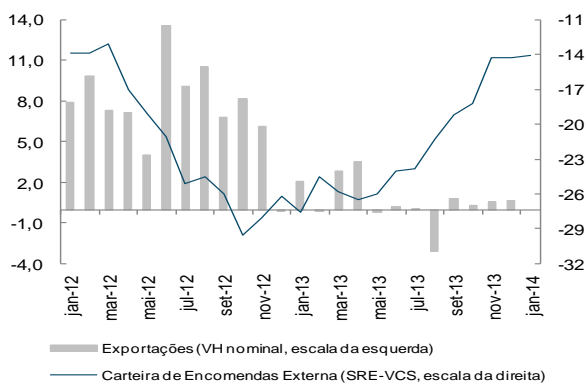
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 4.º trimestre de 2013 indicam uma recuperação da atividade económica.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



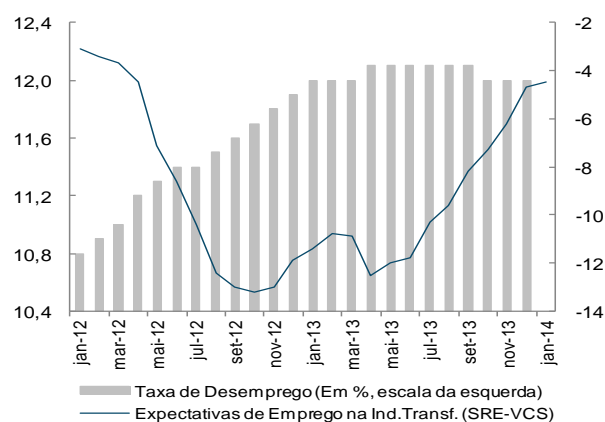
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2014, o indicador de sentimento económico continuou a aumentar tanto para a União Europeia como para a área do euro, abrangendo a maioria dos indicadores de confiança.

No 4.º trimestre de 2013, a taxa de desemprego desceu ligeiramente tanto na UE como na AE para 10,8% e 12%, respetivamente (10,9% e 12,1%, no 3.º trimestre) embora tenha subido no conjunto do ano de 2013, para 10,9% e 12,1%, designadamente.

Em janeiro de 2014, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora, dos serviços e do comércio a retalho; enquanto pioraram para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2014, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 0,8% e diminuiu para 1,3% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,4% em dezembro de 2013). Esta evolução resultou da quebra dos preços de energia e da desaceleração dos preços dos produtos alimentares compensando o aumento dos preços dos serviços.

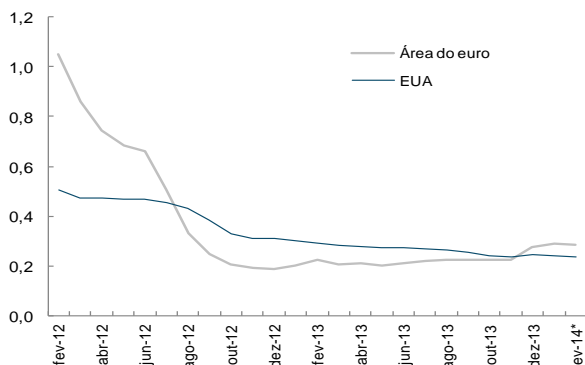
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013			2014
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	0,1	-0,7	-0,7	-0,1	0,2	1,0	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	95,9	88,7	91,6	91,2	98,2	102,7	101,9	102,4	103,8	104,7	
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,4	-1,0	-1,2	-0,6	-0,3	0,5	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	93,8	87,2	90,5	90,2	95,3	99,1	98,1	98,8	100,4	100,9	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-0,7	-3,3	-2,2	-0,9	-1,1	1,4	0,4	2,6	1,2	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,9	-2,5	-2,1	-1,0	-0,6	-0,1	-0,2	0,8	-0,7	:	
Taxa de Desemprego	%	"	12,1	11,8	12,0	12,1	12,1	12,0	12,0	12,0	12,0	:	
IHPC	VH	"	1,4	2,3	1,9	1,4	1,3	0,8	0,7	0,9	0,8	0,8	

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em fevereiro de 2014 e, até ao dia 25, as taxas de juro de curto prazo desceram ligeiramente para a área do euro; enquanto estabilizaram para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,28% (0,29%, em janeiro) e a dos EUA manteve-se em 0,24%.

Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em janeiro de 2014, as taxas de juro de longo prazo desceram quer para a área do euro quer para os EUA refletindo, em parte, as tensões existentes em torno dos mercados emergentes e da opção pela diminuição gradual da aquisição de títulos de dívida pública pela Reserva Federal dos EUA, tornando a política monetária menos expansionista.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

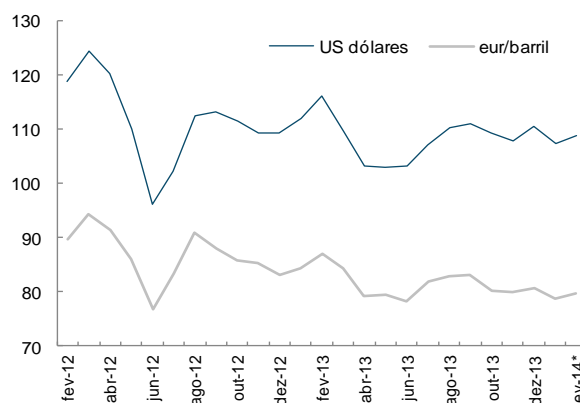


Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 25.

No início de 2014, assistiu-se a uma crescente volatilidade e forte depreciação das moedas de alguns mercados emergentes (Argentina, Turquia, Rússia e República da África do Sul) provocada, em parte, pelos desequilíbrios económico-financeiros e incertezas políticas nesses países. Quanto ao euro, a taxa de câmbio face ao dólar tem vindo a apreciar-se ao longo do mês de fevereiro, situado em 1,38 no dia 25, representando uma apreciação de 1,8% face ao final de janeiro (1,35).

Em janeiro de 2014, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 81,7 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em fevereiro, e até dia 25, o preço do petróleo *Brent* subiu ligeiramente, para se situar, em média, em 109 USD/bbl (80€/bbl).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 25.

Em janeiro de 2014, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 6,3% em termos homólogos (-3,2% em dezembro de 2013), devido sobretudo à quebra significativa registada para os preços dos metais (-12,8%).

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013			2014
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,29	0,19	0,21	0,23	0,23	0,29	0,23	0,23	0,29	0,30
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,35	1,71	1,95	2,00	2,71	2,75	2,62	2,72	2,90	2,86
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,06	3,32	3,06	2,82	3,15	3,21	3,16	3,17	3,31	3,21
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,379	1,319	1,281	1,31	1,351	1,379	1,364	1,361	1,379	1,352
Dow Jones*	VC	Yahoo	26,5	-2,5	11,3	2,3	1,5	9,6	2,8	3,5	3,0	-5,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	17,9	7,4	-0,5	-0,8	11,2	7,5	6,0	0,6	0,7	-3,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	108,63	110,01	112,56	103,17	109,50	109,28	109,41	107,84	110,59	107,23
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-2,6	1,0	-4,8	-5,2	0,2	-0,7	-1,8	-1,4	1,3	-4,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-5,8	4,9	-5,4	-6,8	-5,4	-5,3	-6,6	-6,3	-3,0	-6,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	80,0	85,5	83,6	77,8	80,5	78,0	79,5	77,5	76,9	81,7

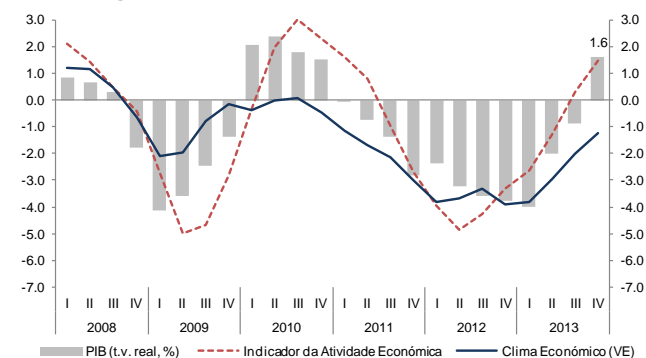
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2014 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2013 aponta para uma variação homóloga de 1,6% do PIB (-0,9% no 3.º trimestre). Segundo o INE, este movimento deveu-se a uma recuperação da procura interna, com o primeiro contributo positivo desde o 4.º trimestre de 2010, bem como a um reforço do contributo positivo da procura externa líquida. Em termos anuais, antecipa-se uma diminuição do PIB em volume de 1,4% (variação de -3,2% em 2012).

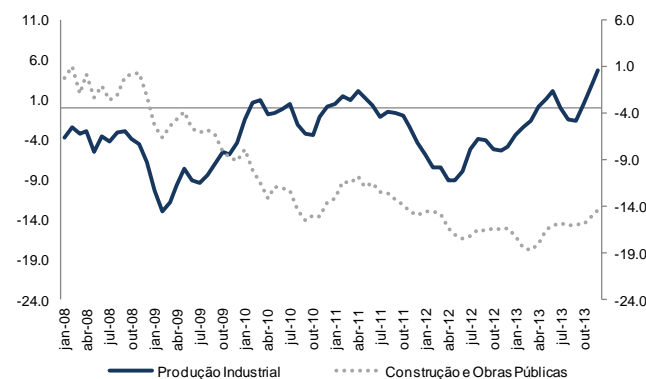
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

Também no trimestre terminado em dezembro se registou uma aceleração expressiva do Indicador de Atividade Económica do INE que se fixou no valor mais alto desde outubro de 2010 e registou uma variação 1,5p.p. superior ao do trimestre anterior. Também, o Indicador Coincidente do Banco de Portugal, aponta no mesmo sentido.

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013				2013				2014
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-3,8	-4,0	-2,0	-0,9	1,6	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,8	-3,9	-3,8	-3,0	-2,0	-1,2	-1,6	-1,4	-1,2	-1,1	-0,8
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,5	-20,6	-17,6	-16,8	-13,7	-10,6	-12,0	-13,5	-10,1	-8,2	-6,2
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-12,8	-19,2	-16,8	-14,1	-10,1	-4,0	-7,9	-6,3	-2,5	-1,6	-3,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-24,0	-34,3	-30,1	-27,1	-20,3	-11,4	-19,2	-13,4	-12,5	-8,3	-5,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-60,4	-70,4	-65,9	-62,4	-55,6	-49,7	-51,5	-50,5	-48,1	-50,5	-46,7
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	1,3	-1,1	-1,3	1,2	0,2	5,2	2,1	2,8	5,3	7,3	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,0	-2,0	-5,0	1,4	1,2	2,5	2,3	-0,6	6,3	2,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-4,5	-7,0	-7,3	-4,8	-2,9	-2,8	-2,1	-3,6	-2,9	-1,8	:

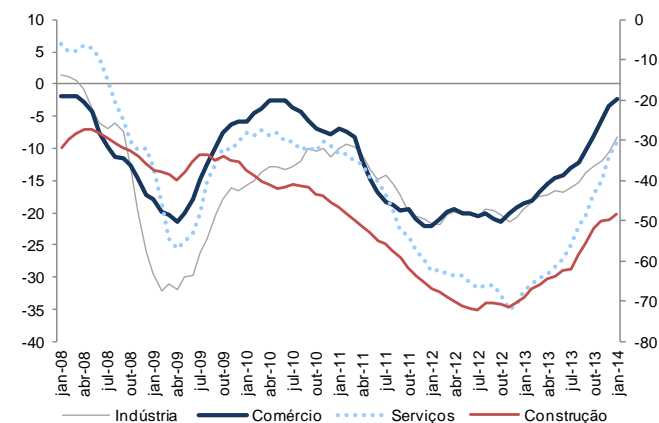
* Estimativa Rápida INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.º trimestre, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um crescimento de 5,2% e o índice de volume de negócios aumentou 2,5% (0,2% e 1,2% no 3.º trimestre, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-14,4% quando no 3.º trimestre de 2013 apresentava uma variação homóloga de -15,9%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 2,8%, valor idêntico ao verificado no trimestre precedente;
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho alcançou uma variação de 1,2%, uma recuperação de 2,1p.p. face ao trimestre terminado em setembro.

No trimestre terminado em janeiro assistiu-se a uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



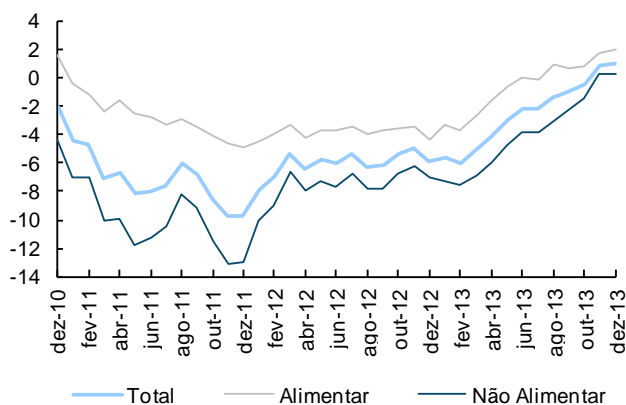
Fonte: INE.

Consumo Privado

No quarto trimestre de 2013, a taxa de variação homóloga do índice do volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) cresceu 1,2%, invertendo a tendência de quebra, que no terceiro trimestre se havia fixado nos -0,8%

Este aumento deve-se, em especial, ao aumento registado no grupo dos bens alimentares. Assim, neste trimestre, e em termos homólogos, os bens alimentares e não alimentares registaram aumentos de 2,0% e 0,6%, respetivamente (0,7%. e -2,0% no terceiro trimestre).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



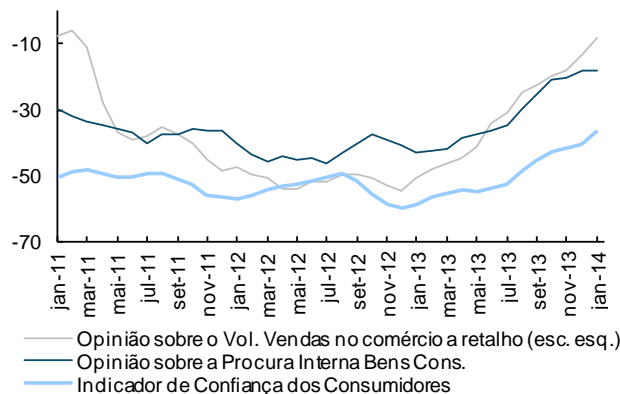
Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro, o Indicador de Confiança dos Consumidores apresentou uma melhoria face ao 4º trimestre de 2013. Esta melhoria foi registada em quase todas as componentes do indicador.

A opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho apresentou, também, uma melhoria da sua média móvel a três meses.

A opinião dos empresários sobre a procura interna por bens de consumo registou, em janeiro, um valor idêntico ao registado em dezembro.

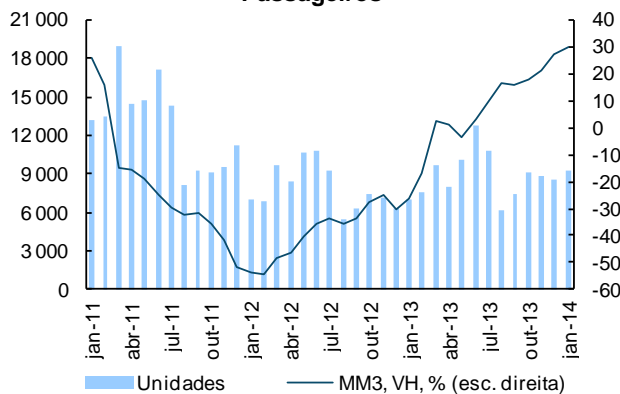
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

O número de automóveis vendidos em janeiro foi 9 255, isto é, mais 643 que em dezembro do ano passado. Face a janeiro de 2013, este valor representa um aumento de 31,8%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012					2013				2014
				T4	T1	T2	T3	T4	set	out	nov	dez	jan
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	-5,1	-3,9	-2,5	-1,1	:	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-48,7	-59,8	-55,3	-53,9	-45,3	-40,4	-40,9	-43,5	-41,0	-36,8	-32,3
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	"	-29,1	-54,5	-46,4	-34,3	-22,5	-13,2	-21,2	-18,3	-15,3	-6,0	-3,0
Índice de Vol. de negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,8	-5,9	-5,1	-2,2	-0,8	1,2	-1,1	0,4	4,1	-0,8	:
Bens Alimentares	VH	"	0,0	-4,4	-2,6	0,1	0,7	2,0	-0,7	1,1	4,9	0,0	:
Bens não alimentares	VH	"	-3,1	-7,0	-6,8	-3,8	-2,0	0,6	-1,3	-0,2	3,5	-1,5	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	11,1	-30,3	2,8	3,3	15,7	27,0	15,9	23,1	23,5	35,4	31,8
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-6,1	-4,2	-2,0	2,8	6,9	6,7	10,2	5,1	3,3	12,6	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

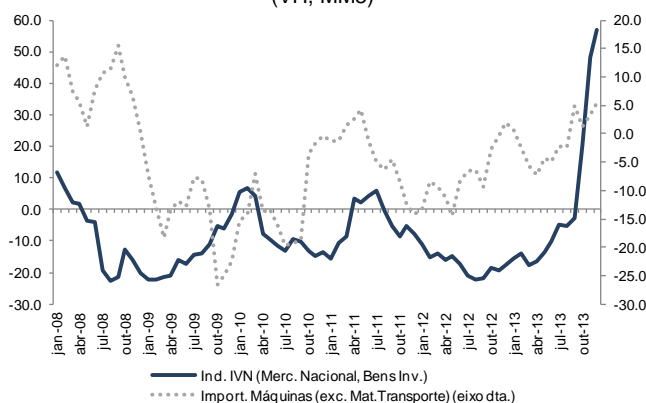
Investimento

O indicador de FBCF publicado pelo INE apresentou uma variação homóloga de -2,4% (+3,7p.p. face ao 3.º trimestre) associada a uma melhoria de 4,8p.p. das componentes de máquinas e equipamentos e de material de transporte.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.º trimestre de 2013, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou significativamente a sua evolução, situando-se nos 56,8% (-2,7% no 3.º trimestre de 2013);
- a importação máquinas e outros de bens de capital excepto material de transporte cresceu 5,4% (+0,6p.p. face ao 3.º trimestre);
- as licenças de construção de fogos desceram 30,4% (-21,4% no trimestre anterior).

Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

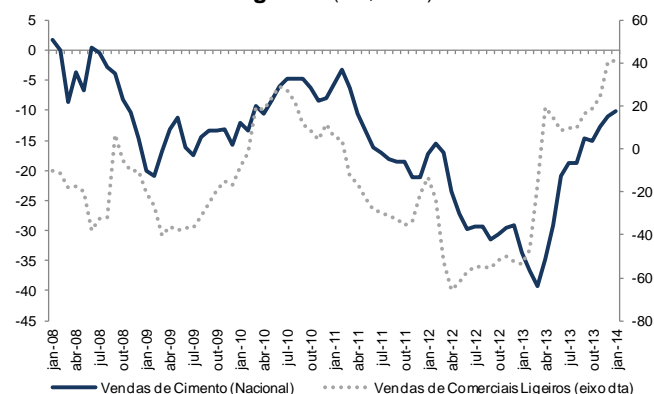


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o investimento no mês de janeiro, mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 29,2% (-11,1p.p. face ao 4.º trimestre) acompanhadas pela variação de 37,9% na venda de veículos comerciais pesados (uma deterioração de 50p.p. face ao período precedente);

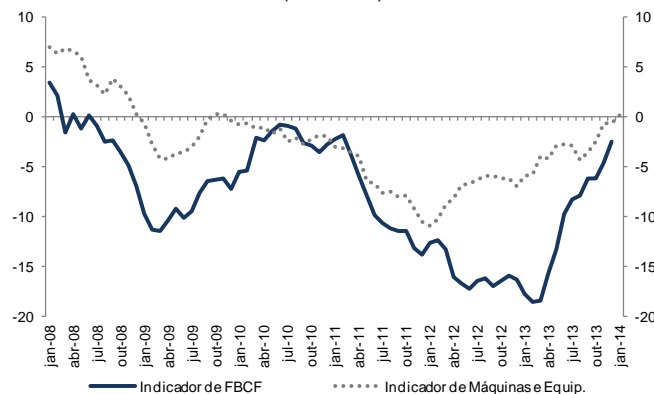
Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: INE.

- as vendas de cimento registaram uma quebra de 15,6% (-10,9% no 4.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso evoluíram de forma positiva.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

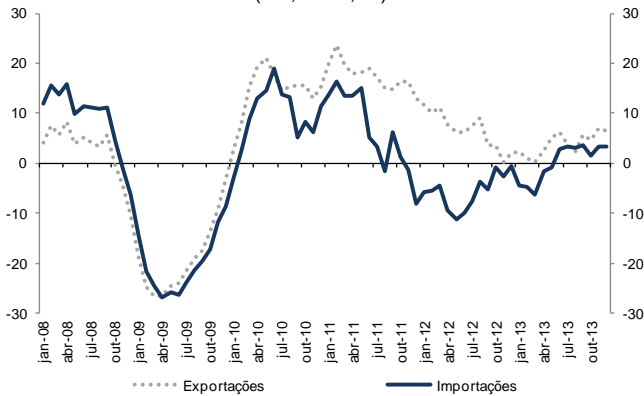
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013				2014
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan	
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-2,4	-16,4	-5,0	-3,3	:	:	:	:	:	:	
da qual, FBCF	VH Real	INE	:	-12,4	-16,4	-6,4	-5,3	:	:	:	:	:	:	
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-9,2	-16,2	-18,3	-9,8	-6,2	-2,4	-6,2	-6,1	-4,5	-2,4	:	
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-22,8	-29,1	-39,2	-20,9	-14,7	-10,9	-10,1	-16,5	-11,3	-1,5	-15,6	
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,7	-52,5	-16,9	8,5	16,7	40,4	14,8	29,2	27,4	54,6	29,2	
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	17,1	7,9	-114	-111	-2,0	87,8	-22,6	39,4	23,4	258,6	37,9	
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-21,2	-47,5	-30,3	-26,8	-19,8	-20,2	-10,3	-14,3	-12,9	-1,3	4,0	
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-32,3	-39,9	-43,6	-30,6	-21,4	-30,4	-4,4	-45,7	-30,1	-8,0	:	
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,0	2,0	-5,7	-5,1	4,9	5,4	10,3	-2,8	4,0	15,1	:	
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-4,8	-11,4	-14,6	-3,3	-2,2	1,9	-6,3	-3,6	2,0	8,6	:	

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 4.º trimestre, apontam para uma ligeira desaceleração das importações para os 3,3% e um crescimento das exportações em 6,4% (3,6% e 5,8% no 3.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



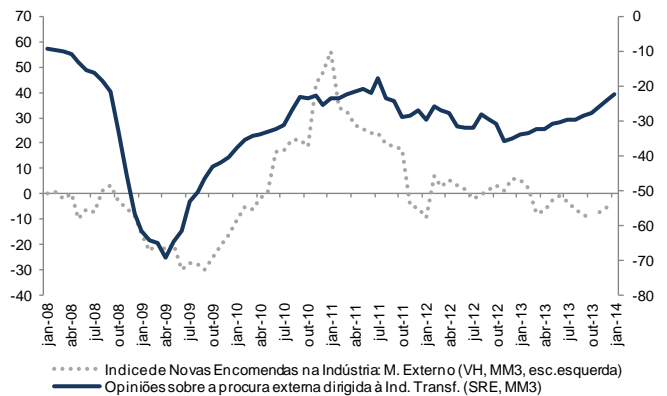
Fonte: INE.

Também trimestre terminado em dezembro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 7,7%, um valor superior aos 5,5% registados no 3.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 5,8% (5,9% no 3.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 5,5%, enquanto que o mercado extracomunitário decresceu 3,1% em termos homólogos (6,1% e -1,9% no 3.º trimestre respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se tenha situado em 2013 em 83,6% (80,6% em 2012);
- as novas encomendas à indústria do mercado externo caíram 0,8% (+5,2p.p. quando comparado com o trimestre terminado em setembro).

Por seu lado, em janeiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com o trimestre anterior.

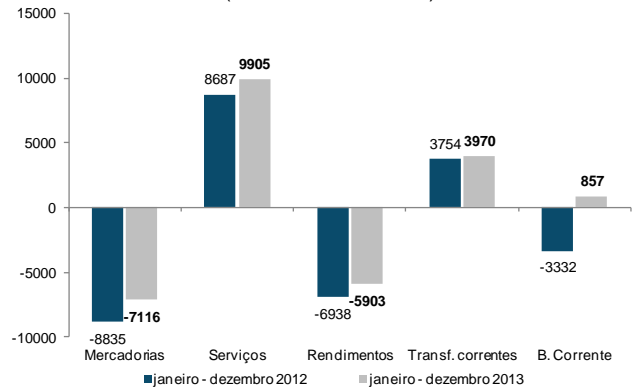
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

No ano de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 857 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 4188 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos à exceção da balança de capital. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1720 milhões de euros face ao ano anterior.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 4269 milhões de euros (uma melhoria de 3730 milhões de euros face a 2012).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

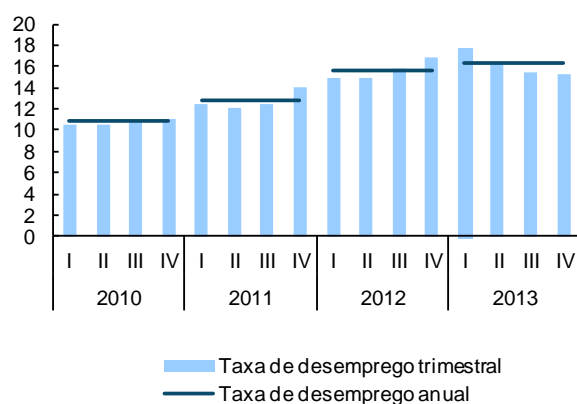
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2013	2012					2013				
					4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	3,2	:	0,2	0,7	7,4	6,6	:	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-6,6	:	-1,6	-4,4	5,2	5,1	:	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-0,6	:	-0,6	1,1	1,6	0,7	:	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-0,1	:	3,7	0,6	3,1	0,6	:	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	5,7	4,6	1,9	0,1	6,2	5,8	6,4	-0,3	9,6	4,5	6,9	8,0
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-5,2	0,8	-0,6	-6,2	2,8	3,6	3,3	-4,0	3,9	4,0	2,2	3,5

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2013	2012					2013					Diferença	
					4T	1T	2T	3T	4T	janeiro - dezembro						
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	539	4 269	141,1	560,8	1142,5	1879,2	686,5	538,8	4269,0					3730,3
Saldo Balança de Bens	"	"	-8 835	-7 116	-23215	-14514	-1523,2	-2127,0	-2014,0	-8835,4	-7115,6					1719,8
Saldo Balança de Serviços	"	"	8 687	9 905	1938,0	1590,5	2326,7	3625,4	2362,7	8687,4	9905,3					1217,9
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-6 938	-5 903	-1287,9	-117,0	-1874,1	-1482,6	-1429,6	-6938,1	-5903,4					1034,7
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	3 754	3 970	884,5	823,4	1148,9	1018,5	979,6	3754,5	3970,3					215,8

Mercado de Trabalho

No 4.º trimestre de 2013, e segundo dados do INE, a taxa de desemprego situou-se nos 15,3%, levando a que a taxa de desemprego anual tenha sido de 16,3%.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: INE.

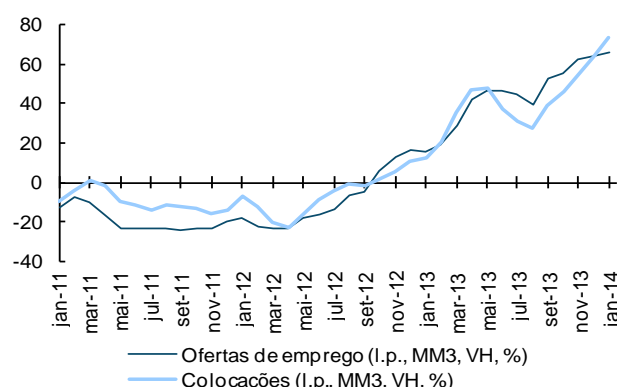
Também segundo o INE, o emprego total registou um aumento de 0,7% no 4.º trimestre (a última vez que tal ocorreu foi no 2.º trimestre de 2008). Ainda assim, este indicador registou uma quebra de 4,4% no ano de 2013.

Segundo dados do IEFP, houve, em janeiro, uma diminuição de 34 735 desempregados registados nos centros de emprego relativamente a janeiro de 2013, e um aumento de 14 792 desempregados face a dezembro de 2013.

O número de novos desempregados subiu em cerca de 16,4 mil em janeiro face ao mês anterior.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de janeiro registou um aumento de 67,3% face ao período homólogo (84,1% em dezembro de 2013). Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de janeiro foi de cerca de 17 mil, um valor ligeiramente inferior relativamente ao mês anterior (17,4 mil), mas superior ao registado no período homólogo, no qual houve cerca de 10,8 mil ofertas.

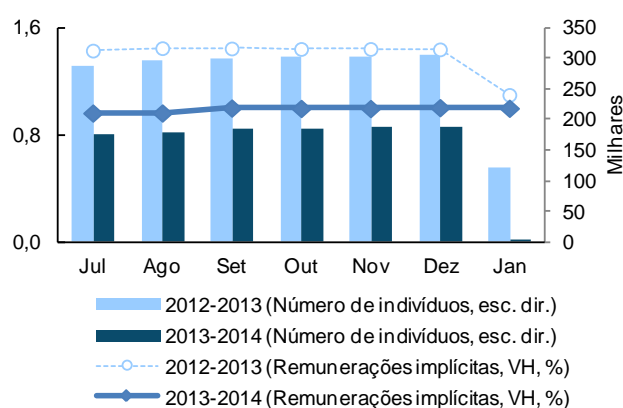
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Registaram-se 9 415 colocações ao longo de janeiro, um acréscimo de 4 251 indivíduos face ao mês homólogo de 2013. O rácio de colocações relativamente às ofertas situa-se nos 65,6%, mais 10,5p.p. do que em dezembro, e mais 5,4p.p. do que no mês homólogo de 2013.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) em janeiro fixou-se nos 4 376 trabalhadores, valor abaixo dos 120 779 registados em janeiro de 2013. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos IRCTs permaneceu inalterada em 1,0%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

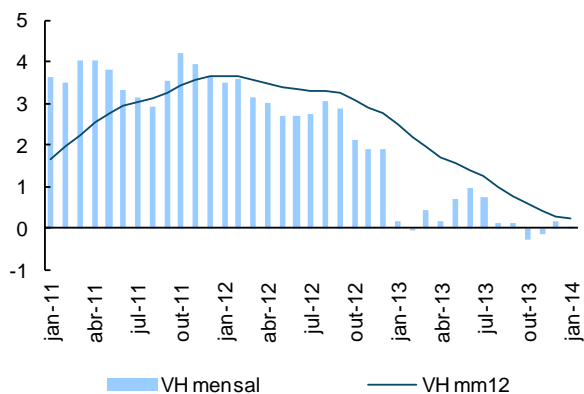
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2012	2013					2013				2014
				T4	T1	T2	T3	T4	set	out	nov	dez	jan	
Taxa de desemprego	%	INE	16,3	16,9	17,7	16,4	15,6	15,3	-	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	-4,4	-4,3	-4,9	-3,9	-2,2	0,7	-	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-2,8	17,4	11,0	6,8	2,0	-2,8	2,0	0,0	-0,8	-2,8	-4,7	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	6,4	-1,3	-3,2	-0,5	1,9	2,8	7,2	4,7	-2,1	6,7	-0,4	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	49,1	16,2	28,6	47,0	53,1	64,3	71,0	61,9	52,8	84,1	67,3	
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,0	1,4	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,5	-7,3	-2,4	1,6	0,3	-0,3	-	-	-	-	-	
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	:	2,1	2,1	1,3	1,1	:	-	-	-	-	-	

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

No mês de janeiro a taxa de variação homóloga do IPC foi de 0,1%, 0,1p.p. inferior ao registado em dezembro. Esta evolução levou a que variação média dos últimos 12 meses do IPC se tenha fixado nos 0,3%, um valor idêntico ao registado no mês anterior.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

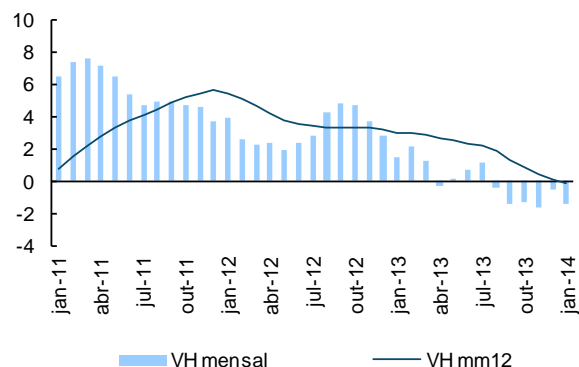
Os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em janeiro, variações homólogas de -0,4% e 0,8%, respetivamente (0,0% e 0,4% em dezembro).

A variação do IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, foi de 0,1% (0,1p.p. abaixo do valor do mês anterior), uma variação idêntica à do IPC total.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as que registaram maiores quebras foram as classes do Vestuário e Calçado e a do Lazer, Recreação e Cultura, com diminuições de 2,6% e 1,4%, respetivamente. Já as que tiveram maiores aumentos de preços foram as classes das Bebidas Alcoólicas e Tabaco e a das Comunicações, com crescimentos de 4,3% e 3,4%, respetivamente.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em janeiro, uma variação homóloga de -1,4% (0,9p.p. abaixo do mês anterior).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Para a variação do IPPI contribuiu a quebra de 2,3% registada nas Indústrias Transformadoras (única quebra ao nível das secções). Dos grandes agrupamentos industriais, apenas os Bens de investimento registaram uma variação homóloga positiva (0,5%).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal, no mês de janeiro de 2014, foi de 0,1%, um valor 0,1p.p. abaixo do registado no mês anterior. Já a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,8%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,7p.p.. Ao nível da análise em médias móveis de 12 meses, a diferença fixou-se nos -0,8p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

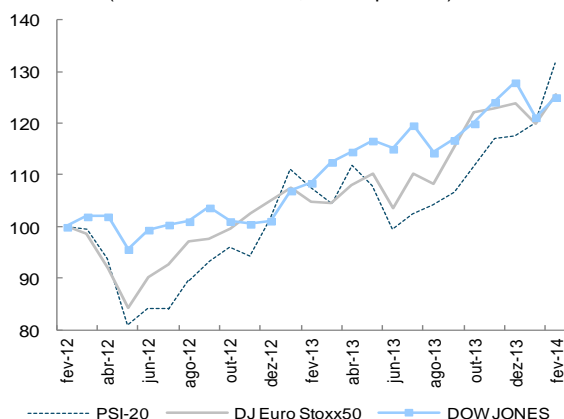
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013								2014
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,2	0,1	-0,2	-0,7	0,6	0,0	-0,2	0,4	-1,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,3	0,7	1,0	0,8	0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,2	0,1
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	1,3	1,6	1,4	1,3	1,0	0,8	0,6	0,4	0,3	0,3
IPC - Bens	VH	"	0,0	0,7	1,0	0,6	-0,4	-0,1	-0,5	-0,2	0,0	-0,4
IPC - Serviços	"	"	0,7	0,8	1,0	0,9	0,8	0,4	0,2	-0,1	0,4	0,8
IPC Subjacente*	"	"	0,2	0,5	0,6	0,5	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2	0,1
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	0,1	0,2	0,7	1,2	-0,4	-1,3	-1,2	-1,6	-0,5	-1,4
IHPC	"	"	0,4	0,9	1,2	0,8	0,2	0,3	0,0	0,1	0,2	0,1
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	-0,9	-0,4	-0,5	-0,6	-0,7	-0,8	-0,8	-0,9	-0,9	-0,8

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em fevereiro de 2014, os índices bolsistas internacionais tiveram uma evolução globalmente positiva, especialmente para o setor financeiro da área do euro. Assim, no dia 25 deste mês e, face ao final do mês de janeiro de 2014, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 4,8% e 3%, respetivamente.

Figura 2.18. Índices Bolsistas
(fevereiro 2012=100, fim do período)

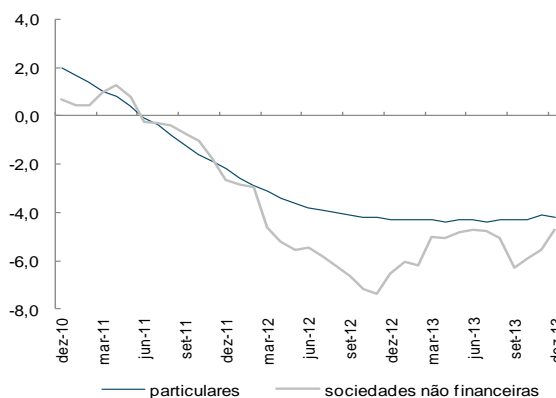


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para fevereiro, o valor é do dia 25.

O índice PSI-20 também se valorizou em fevereiro e, de forma mais acentuada, devido, em parte, à perceção de um menor risco relativamente ao financiamento externo e à perspetiva de uma retoma económica mais consolidada. De facto, no dia 25, o índice PSI-20 subiu cerca de 10% face ao final do mês de janeiro.

Em dezembro de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, apesar de ter continuado a ser negativa (-4,4%), registou uma melhoria significativa face aos meses precedentes. Esta evolução deveu-se a um abrandamento da contração do crédito às empresas não financeiras.

Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

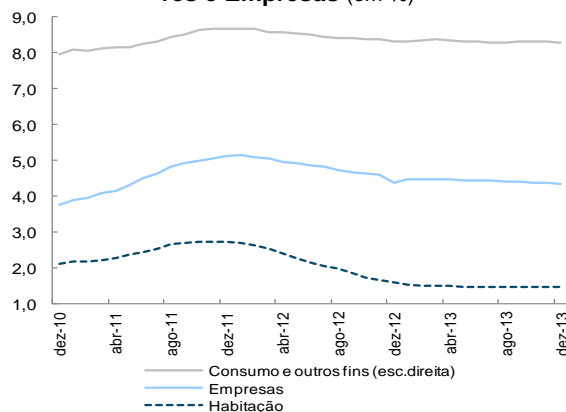


Fonte: Banco de Portugal.

Já em relação ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram, em virtude da quebra mais pronunciada dos empréstimos concedidos para outros fins. O crédito ao consumo melhorou ligeiramente e o destinado à habitação manteve a mesma taxa de variação (-3,8%).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou em 1,47% em dezembro de 2013 (-12 p.b. face a dezembro de 2012).

Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

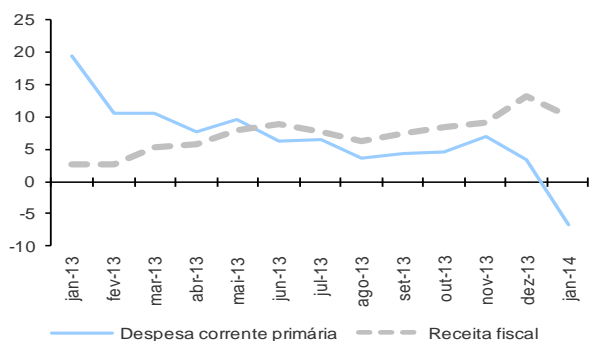
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013												2014
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan				
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,0	5,5	7,3	6,4	6,5	6,5	6,1	5,8	5,8	5,0				
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	408	393	563	475	460	474	438	410	386	333				
PSI 20*	VC	CMVM	16,0	-3,7	-7,7	3,0	1,5	2,5	4,9	4,7	0,3	2,1				
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,8	-3,7	-3,8	-3,9	-3,8	-3,9	-3,9	-3,8	-3,8	:				
- para consumo	va**	"	-7,2	-9,0	-8,6	-8,8	-8,0	-7,8	-7,9	-7,3	-7,2	:				
Empréstimos a empresas	va**	"	-4,7	-4,8	-4,7	-4,8	-5,1	-6,3	-5,9	-5,6	-4,7	:				
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,47	1,47	1,46	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47	1,47					
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	4,35	4,45	4,45	4,42	4,39	4,39	4,39	4,37	4,35					

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em janeiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 181,4M€, o que representa uma melhoria de 550,3M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 89,3M€, diminuindo 536,6M€ face ao ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2013, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita fiscal, em 10%, justificado pela evolução do IRS (24,2%) do IVA (4,2%), do imposto sobre veículos (29,3%), do imposto sobre o tabaco (4,9%) e do impostos de selo (5,1%). A variação negativa da receita de IRC (-12,7%) deve-se à distribuição antecipada de dividendos em dezembro de 2012 associada ao aumento da taxa de tributação estabelecida na Lei do Orçamento do Estado para 2013. Quanto à receita não fiscal esta manteve-se em linha com o valor do ano anterior,); e
- uma diminuição da despesa total e da despesa primária, em 7,4% e 7,3%, respetivamente. Contudo, este comportamento resulta essencialmente da antecipação do valor a transferir em fevereiro de 2013 da contribuição financeira para a União Europeia. Excluindo este fator, a despesa aumenta 1,5%, em resultado do aumento das transferências para a Segurança Social, CGA e para a administração local, dado que a participação variável dos municípios na receita de IRS, no âmbito da Lei de Finanças Locais, passou a ser contabilizada como receita e despesa no Estado.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

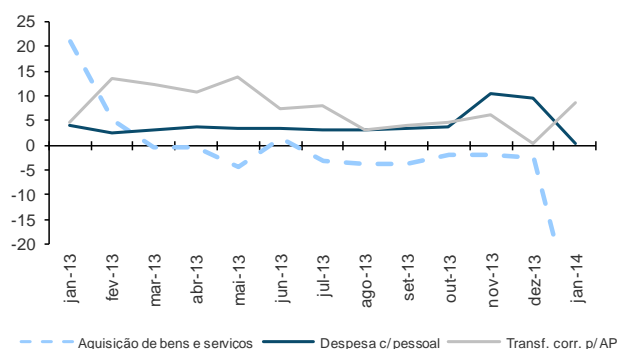
	2013	2014	2013	2014	2014			
	jan		jan		out	nov	dez	jan
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	3 074	3 342	7,7	8,2	0,5	1,7	3,3	8,7
Receita corrente	2 968	3 265	7,5	8,2	9,5	9,9	13,3	10,0
Impostos diretos	1 128	1 350	6,8	7,9	20,5	21,7	27,6	19,7
Impostos indiretos	1 556	1 603	8,5	8,6	-0,2	0,6	2,4	3,0
Despesa Total	3 805	3 523	7,8	7,3	1,4	3,7	0,2	-7,4
Despesa corrente	3 605	3 358	7,6	7,2	3,5	5,8	2,8	-6,9
Despesa com pessoal	701	703	7,7	8,4	3,8	10,5	9,4	0,3
Aquisição bens e serviços	54	35	3,3	2,6	-2,0	-2,0	-2,6	-34,9
Subsídios	0	3	0,0	1,5	-13,3	-15,3	65,4	19 572,6
Juros	106	92	1,6	1,3	-1,8	-0,8	-0,5	-12,9
Transferências corr. p/ AP	2 083	2 261	8,1	8,9	4,7	6,2	0,4	8,6
Saldo Global	-732	-181	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-626	-89	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior.

Fonte: DGO.

Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das outras despesas correntes, da despesa com a aquisição de bens e serviços (justificada por efeitos de base relacionada com o pagamento antecipado pela ADSE de despesas de saúde do regime convencionado e com os encargos relacionados com a avaliação geral da propriedade urbana levada a cabo pela Autoridade Tributária e Aduaneira), e dos encargos com juros da dívida pública.

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa do Estado com ativos financeiros em janeiro atingiu 5M€, dos quais 4,3M€ dizem respeito a operações de dotação de capital e o remanescente a execução de garantias.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as empresas públicas reclassificadas

Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 580,9M€ que compara com um excedente de 564,2M€ em idêntico período do ano anterior¹.

Assim, a execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita em 8,3%, refletindo principalmente o aumento das outras receitas correntes (106,8%), das contribuições para a Segurança Social, CGA² e ADSE (44,3%), devido ao aumento da taxa da entidade empregadora, ao alargamento da base de incidência, ao pagamento em duodécimos de um subsídio e à aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, da receita fiscal (24,7%) e das taxas, multas e outras penalidades (12,6%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo das transferências de correntes e de capital, nomeadamente da União Europeia; e
- um aumento da despesa (10,2%), explicada, essencialmente, pelo crescimento da despesa com transferências correntes (14,7%), nomeadamente as outras transferências correntes (13,6%), a aquisição de bens e serviços (2,5%), investimento (75,6%), subsídios (89,7%), transferências de capital (35,7%), com os juros da dívida pública (168,7%) e despesas com o pessoal (0,6%). Relativamente às despesas com pessoal o seu crescimento é justificado pelo pagamento de indemnizações por cessação de funções no âmbito do programa de Rescisões por Mútuo Acordo, assim como pelo aumento dos encargos das entidades empregadoras com a CGA. Em sentido contrário, nesta rúbrica, estão também refletidos os efeitos originados pela redução remuneratória determinada pela Lei do OE para 2014.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em janeiro, a execução financeira consolidada³ provisória do SNS revela um excedente de 5,5M€, correspondendo a uma diminuição de 39,3M€ face ao período homólogo. A execução financeira, face ao mês homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 5,2%, justificado pela redução da transferência do OE, a qual está influenciada pela transferência destinada a regularização extraordinária de dívidas, das taxas moderadoras, da venda de bens e serviços correntes e dos jogos sociais; e
- um aumento da despesa em 0,6%, devido sobretudo ao aumento da despesa com pessoal, em consequência do pagamento do 13.º mês e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social, e da outra despesa. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com a fornecimentos e serviços externos, com especial destaque para a evolução da despesa com responsabilidades com as entidades públicas empresariais.

Quadro 2.9. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde				
	2013		2014		VHA (%)
	jan		jan		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		
Receita Total	681	646	8,2	8,0	-5,2
Receita fiscal	0	0	0,2	0,0	-100,0
Outra receita corrente	681	646	8,3	8,1	-5,1
Receita de capital	0	0	1,6	0,0	-100,0
Despesa Total	637	641	7,7	8,0	0,6
Despesa com pessoal	82	85	8,8	9,5	4,4
Aquisição de bens e serviços	553	547	7,6	7,8	-1,0
Despesa de capital	0	1	1,0	1,5	300,0
Saldo Global	45	6	-	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2013		2014		2014	2013		2014		2014
	jan		jan			jan		jan		
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	2 117	2 292	14,3	8,7	8,3	197	286	6,5	9,5	45,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	257	371	5,6	8,5	44,3	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	1247	1250	8,6	8,6	0,2	56	44	6,3	7,7	-213
Despesa Total	1553	1711	5,5	6,3	10,2	18	137	3,	3,1	16,2
Despesa com pessoal	244	245	6,9	7,3	0,6	56	55	7,3	7,9	-19
Aquisição de bens e serviços	533	546	5,5	6,2	2,5	41	41	4,7	4,2	0,0
Transferências correntes	717	823	6,6	8,0	14,7	1	3	2,6	8,2	155,0
Saldo Global	564	581	-	-	-	79	149	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ De referir que o não reporte de dados de algumas entidades e as alterações ao universo das entidades abrangidas não permite uma correta comparabilidade entre os dados, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

² Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

³ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

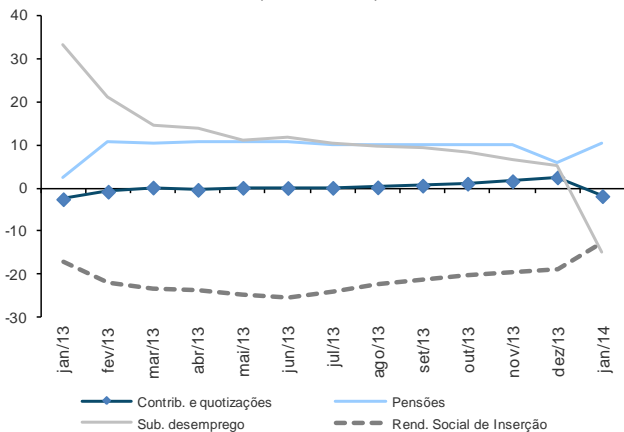
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em janeiro, o excedente da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 135,5M€, o que representa uma melhoria de 5,5M€ face ao mesmo período de 2013.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um ligeiro aumento da receita em 0,7%, em resultado do aumento das verbas transferidas do Orçamento do Estado (6%). Em sentido contrário, registaram-se diminuições na receita de contribuições e quotizações (-1,8%) e das outras receitas correntes (-31,7%);
- um ligeiro aumento da despesa em 1,1%, decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com pensões (10,3%), influenciada pelo pagamento do 13.º mês de acordo com a legislação em vigor. É de salientar, ainda, a evolução das despesas com ação social (6,2%) administração (6,9%) e subsídio por doença (0,6%). Em sentido inverso, constata-se uma diminuição das despesas com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-14,8%), ações de formação profissional (-22,7%), outras prestações (-22,8%), subsídio familiar a crianças e jovens (-15,1%) e rendimento social de inserção (-12,5%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 1,3% nas pensões de velhice, de 0,7% nas pensões de sobrevivência e de 5,3% no subsídio de doença. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários da pensão de invalidez, em 3,7% e de 6,5% nos subsídios de desemprego e social de desemprego.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



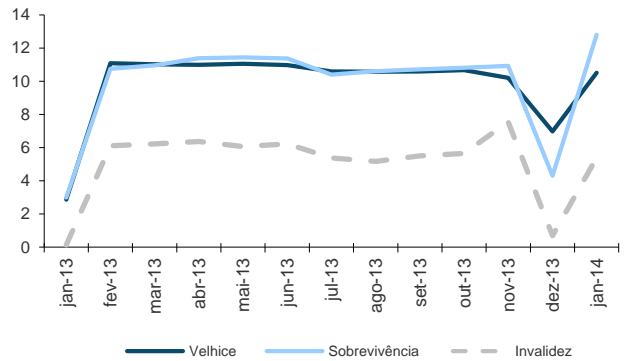
Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2013		2014		2013		2014			
	jan		jan		jan		jan			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	2068	2084	0,7	8,2	8,2	683	824	20,7	7,4	9,6
Contribuições e quotizações	1240	1217	-1,8	9,3	9,2	257	371	44,2	5,6	8,5
Transferências correntes da Adm. Central *	681	722	6,0	7,9	8,3	418	450	7,6	9,6	11,0
Despesa Total	1927	1948	1,1	7,6	7,8	654	741	13,4	7,0	8,5
Pensões	1086	1199	10,3	7,1	7,8	651	730	12,1	7,0	8,4
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	55	54	-2,0	10,9	10,8	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	256	218	-14,8	9,1	7,7	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	120	127	6,2	8,6	8,1	-	-	-	-	-
Saldo Global	141	135	-	-	-	29	82	-	-	-

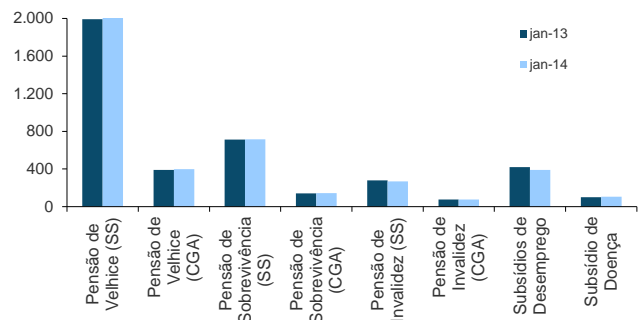
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em Janeiro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 82,3M€, mais 53,3M€ que no período homólogo. A receita total aumentou 20,7%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (44,2%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, do alargamento da base de incidência contributiva e do pagamento dos subsídios de férias e de Natal. A comparticipação do Orçamento do Estado aumentou 7,5% e as outras receitas apresentam uma diminuição de -69,9%. A despesa total aumentou 13,4%, justificada pelo pagamento dos subsídios aos pensionistas e do aumento do número dos mesmos. O número de beneficiários de pensões de velhice e de sobrevivência aumentaram 2,2% e 1,3%, respectivamente, as pensões de invalidez permaneceram praticamente inalteradas (0,1%).

Administração Regional

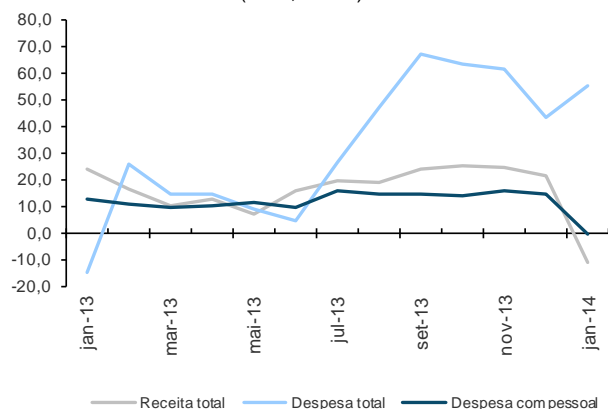
Em janeiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 13,1M€, o que corresponde a um excedente de 28,7M€ na Região Autónoma dos Açores (RAA) e a um défice, de 15,6M€ na Região Autónoma da Madeira (RAM), fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores. Retirando-se o efeito deste pagamento de dívidas de anos anteriores, o saldo na RAM apresenta um excedente de 5M€; e a RAA diminuiu o seu excedente em 56,3M€ face ao período homólogo em virtude de um aumento da despesa e uma diminuição da receita.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2013, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 11%, devido ao comportamento negativo da receita, em ambas as Regiões Autónomas (17,3% na RAA e 1,3% na RAM). A receita corrente diminuiu em 12,3% na RAA e registou um aumento de 1% na RAM, relativamente às receitas de capital, registaram um decréscimo em ambas as Regiões Autónomas, de 20,3% na RAA e 2,6% na RAM; e
- um acréscimo da despesa total em 55,2%, que em termos correntes se traduz num acréscimo de 61,1% (993,8% na RAA e 42,95% na RAM). A despesa com capital registou uma diminuição de 0,9%, tendo as regiões comportamentos opostos, na RAM observa-se um aumento de 28% e na RAM uma diminuição de 9,5% na RAA.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2013	2014	2014		2013	2014	2014	
			jan				jan	
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita total	214	191	8,2	-11,0	429	511	7,3	19,2
Impostos	60	62	4,8	2,2	82	134	5,4	63,7
Transferências correntes	3	5	10,4	50,0	188	210	8,4	11,8
Despesa total	114	178	7,0	55,2	377	424	6,9	12,5
Pessoal	54	54	7,0	-0,6	164	168	8,4	2,3
Aquisição de bens e serviços	4	12	3,2	194,9	103	125	7,6	21,3
Transferências correntes	22	66	16,6	203,2	23	25	5,8	8,5
Investimento	3	5	1,1	48,5	56	71	4,8	26,7
Saldo global	100	13	-	-	53	88	-	-

Fonte: DGO.

Administração Local

Em janeiro, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da Administração Local apresentou de um excedente de 87,9M€, traduzindo uma melhoria de 35,3M€ face ao período homólogo. Este resultado é justificado pelo crescimento da receita ter sido superior ao da despesa. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um acréscimo da receita total em 19,2%, em resultado do aumento da receita corrente (20,7%), influenciada pelo aumento da receita fiscal (63,7%), devido ao aumento da receita dos impostos diretos, e das transferências correntes no âmbito da Lei de Finanças Locais, em 12%, espelhando o aumento da dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro, refletindo as alterações introduzidas pela aplicação da nova Lei das Finanças Locais; e
- um aumento da despesa total em 12,5% que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (10,3%), influenciada pela aquisição de bens e serviços, rubrica através da qual são efetuados os pagamento de dívidas de anos anteriores no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). A despesa de capital registou um aumento significativo (22,4%). No mês de janeiro foram efetuados pagamentos ao abrigo do PAEL, no montante de 7,6 M€, mais 3,9M€ que no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa demonstra um acréscimo de 10,5%.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em dezembro de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 213,4 mil M€, menos 3760M€ que no final de novembro e mais 8546M€ que no final de 2012. Face ao mês anterior, a evolução deve-se à diminuição do *stock* da dívida da administração central em 3951M€ e da administração regional e local em 2M€. A evolução anual é justificada pelo aumento da dívida da administração central e regional e local, em 9565M€ e 156M€, respetivamente, sendo que a dívida da segurança social diminuiu 2M€. É de referir que os depósitos na administração central aumentaram 713M€ face ao final de 2012 e diminuíram 3007M€ em comparação com o mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas (milhões de euros)

	2012 dez	2013 nov	2013 dez
Administrações Públicas	204 844	217 150	213 390
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 193	217 709	213 758
Administração Regional e Local	9 645	9 803	9 801
Segurança Social	4	2	2
Consolidação entre subsectores	9 000	10 364	10 171
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	16 586	20 306	17 299

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP (milhões de euros)

	2012 dez	2013 dez	2014 jan
Administrações Públicas	5 413	3 809	3 867
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	333	364
Administração Regional	2 496	1 489	1 517
Administração Local	2 589	1 987	1 987
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, em janeiro, aumentou 58M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao aumento da dívida da administração central (31M€) e local e regional (28M€).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso (milhões de euros)

	2012 dez	2013 dez	2014 jan
Administrações Públicas	2 322	1 220	1 224
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	58	30	42
SNS	23	10	9
Empresas Públicas Reclassificadas	29	1	3
Administração Regional	1 274	662	661
Administração Local	938	517	509
Outras Entidades	747	714	768
Empresas públicas não reclassificadas	33	103	103
Hospitais EPE	714	611	665
Adm. Públicas e outras entidades	3 069	1 933	1 992

Fonte: DGO.

Em janeiro, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, aumentaram 59M€ face ao mês anterior, explicada

essencialmente pelo comportamento dos Hospitais E.P.E. (55M€) e da administração central (12M€).

Dívida Direta do Estado

No final de janeiro, a dívida direta do Estado situava-se em 208,6 mil M€, aumentando 4394,9M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se, essencialmente, à reabertura por sindicato da OT 4,75%Jun2019 (no valor nominal de 3250M€), à emissão líquida de CEDIC (586,1M€), de CT (211,1M€) e de CA (110,4M€). Este comportamento foi parcialmente compensado pela diminuição do *stock* de ECP e BT (respetivamente de 49,7M€ e 45,2M€). Foram ainda realizadas recompras parciais das OT com maturidade em 2014, no valor nominal de 115M€. As variações cambiais contribuíram para o aumento do saldo da dívida em 424,7M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado (milhões de euros)

	31-dez-13		jan-14			31-jan-14
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	114 810	5 407	2 356	19	117 880	
Bilhetes do Tesouro	19 046	2 144	2 189	0	19 001	
Obrigações do Tesouro	92 708	3 263	117	-11	95 843	
Não Transacionável	17 392	4 454	3 524	0	18 322	
Cert. de Aforro e do Tesouro	12 158	387	65	0	12 479	
CEDIC e CEDM	4 702	3 967	3 374	0	5 295	
Prog. de Ajustamento Económico	72 051	0	0	394	72 445	
Total	204 252	9 861	5 880	413	208 647	

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

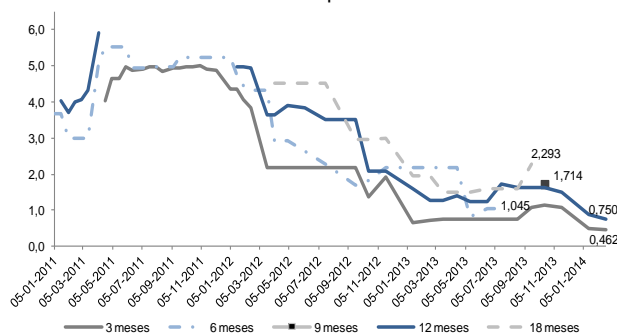
A 11 de fevereiro, Portugal regressou ao mercado de dívida de longo prazo com uma reabertura sindicada da OT 5,65% fevereiro 2024, no valor de 3 mil M€.

A procura final foi de 9,8 mil M€, tendo 83% da emissão sido colocada junto de investidores não residentes. A taxa de emissão foi de 5,112%.

A 19 de fevereiro, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 250M€, a 3 meses, e 1000M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a três meses foi de 0,462% (0,495% na anterior de igual maturidade) e a 1 ano foi de 0,750% (0,869% na anterior da mesma maturidade).

A descida das taxas de colocação dos BT resulta quer da evolução evidenciada nos mercados quer dos risco associado à dívida pública portuguesa desde o início de setembro.

Figura 2.27. Emissões de BT
Taxa média ponderada



Fonte: IGCP.

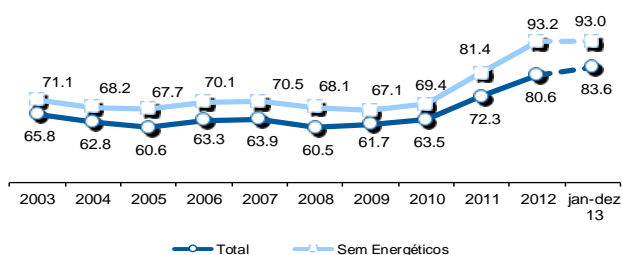
Em 27 de fevereiro foram realizados leilões de recompra das OT 3,6% Out2014 e 3,35% Out2015, nos quais foram recomprados 293,2M€ e 1026,6M€, respetivamente.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,6% enquanto as importações cresceram apenas 0,8% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 14,9%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 2,1% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 2,3% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	45 259	47 340	4,6	6,4	4,6
Importações (cif)	56 166	56 617	0,8	3,3	0,8
Saldo (fob-cif)	-10 906	-9 276	-14,9	-9,0	-14,9
Cobertura (fob/cif)	80,6	83,6	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	41 490	42 375	2,1	3,4	2,1
Importações (cif)	44 541	45 559	2,3	5,7	2,3
Saldo (fob-cif)	-3 051	-3 183	4,3	30,7	4,3
Cobertura (fob/cif)	93,2	93,0	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	13 090	14 092	7,7	7,7	7,7
Importações (cif)	15 844	15 707	-0,9	-3,1	-0,9
Saldo (fob-cif)	-2 754	-1 615	-41,4	-132,4	-41,4
Cobertura (fob/cif)	82,6	89,7	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2013, as exportações representaram 83,6% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 3p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 93,0% das importações (-0,2p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de dezembro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a dezembro	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	45 259	47 340	4,6
Importações (cif)	56 166	56 617	0,8
Saldo (fob-cif)	-10 906	-9 276	-14,9
Cobertura (fob/cif)	80,6	83,6	-
Intra UE			
Exportações (fob)	32 170	33 249	3,4
Importações (cif)	40 322	40 910	1,5
Saldo (fob-cif)	-8 152	-7 661	-6,0
Cobertura (fob/cif)	79,8	81,3	-
Extra UE			
Exportações (fob)	13 090	14 092	7,7
Importações (cif)	15 844	15 707	-0,9
Saldo (fob-cif)	-2 754	-1 615	-41,4
Cobertura (fob/cif)	82,6	89,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 6% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 3,4% e as importações a crescerem 1,5%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 41,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 695	4 463	-4,9	3 606	3 863	7,1
fev	4 648	4 422	-4,9	3 786	3 677	-2,9
mar	5 074	4 635	-8,6	4 138	4 002	-3,3
abr	4 409	4 833	9,6	3 542	4 085	15,3
mai	5 010	4 888	-2,4	4 032	4 246	5,3
jun	4 501	4 593	2,0	3 968	3 931	-0,9
jul	4 703	5 196	10,5	4 070	4 373	7,4
ago	4 403	4 225	-4,0	3 329	3 317	-0,3
set	4 674	4 857	3,9	3 581	3 925	9,6
out	5 127	5 334	4,0	4 049	4 231	4,5
nov	4 646	4 748	2,2	3 918	4 189	6,9
dez	4 275	4 424	3,5	3 241	3 501	8,0
1º Trim	14 417	13 520	-6,2	11 531	11 542	0,1
2º Trim	13 921	14 314	2,8	11 542	12 262	6,2
3º Trim	13 781	14 278	3,6	10 980	11 615	5,8
4º Trim	14 048	14 506	3,3	11 207	11 922	6,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º 2/2014").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de dezembro de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

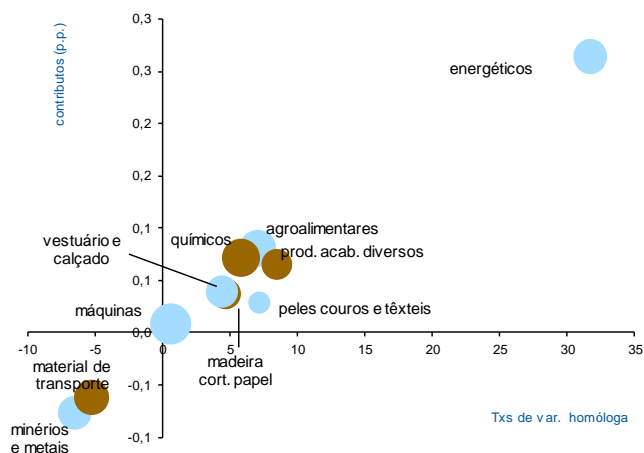
No ano de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 4,6%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 2,1%.

Entre janeiro e dezembro de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,6p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+0,8p.p.), dos “Químicos” e dos “Produtos Acabados Diversos” (ambos com +0,7p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,8%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações em 2013.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2013 (Total: 4,6%)



Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		últimos 12 meses ^[1]		jan-dez	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	45 259	47 340	100,0	100,0	100,0	100,0	4,6	4,6	4,6	4,6
000 Agro-Alimentares	5 218	5 586	9,6	11,5	11,5	11,8	7,0	0,8	7,0	0,8
100 Energéticos	3 770	4 965	4,5	8,3	8,3	10,5	31,7	2,6	31,7	2,6
200 Químicos	5 634	5 960	10,6	12,4	12,4	12,6	5,8	0,7	5,8	0,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 666	3 836	7,8	8,1	8,1	8,1	4,6	0,4	4,6	0,4
400 Peles, Couros e Têxteis	1 835	1 967	4,8	4,1	4,1	4,2	7,2	0,3	7,2	0,3
500 Vestuário e Calçado	4 160	4 341	10,5	9,2	9,2	9,2	4,3	0,4	4,3	0,4
600 Minérios e Metais	5 295	4 947	10,9	11,7	11,7	10,5	-6,6	-0,8	-6,6	-0,8
700 Máquinas	6 945	6 986	19,7	15,3	15,3	14,8	0,6	0,1	0,6	0,1
800 Material de Transporte	5 240	4 961	12,7	11,6	11,6	10,5	-5,3	-0,6	-5,3	-0,6
900 Produtos Acabados Diversos	3 496	3 792	9,0	7,7	7,7	8,0	8,5	0,7	8,5	0,7

Por memória:

Total sem energéticos	41 490	42 375	95,5	91,7	91,7	89,5	2,1	2,0	2,1	2,0
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2013.

[2] $(\text{jan } 13\text{-dez } 13) / (\text{jan } 12\text{-dez } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

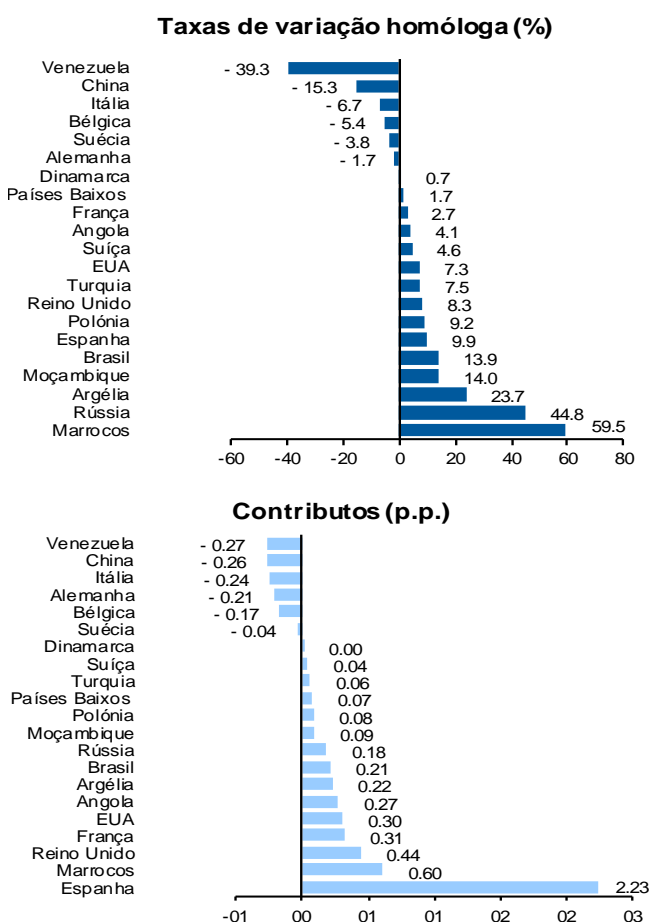
No ano de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,4%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 3,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento registaram uma variação homóloga positiva de 4,6%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 7,7% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+2,2p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+2,2p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para o Reino Unido e França (+0,4p.p. e +0,3p.p. respetivamente).

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Marrocos (+59,5%), Argélia (+23,7%) e Moçambique (+14,0%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Venezuela (-39,3%) e à China (-15,3%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Valores em milhões de Euros							
	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	2012	2013	anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
			2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	45 259	47 340	100,0	100,0	100,0	100,0	4,6	4,6	4,6	4,6
Intra UE	32 170	33 249	77,1	71,1	71,1	70,2	3,4	2,4	3,4	2,4
dos quais:										
UE-15	30 721	31 733	74,7	67,9	67,9	67,0	3,3	2,2	3,3	2,2
Espanha	10 171	11 181	28,7	22,5	22,5	23,6	9,9	2,2	9,9	2,2
Alemanha	5 607	5 513	12,9	12,4	12,4	11,6	-1,7	-0,2	-1,7	-0,2
França	5 348	5 490	12,6	11,8	11,8	11,6	2,7	0,3	2,7	0,3
R.Unido	2 394	2 593	6,0	5,3	5,3	5,5	8,3	0,4	8,3	0,4
P.Baixos	1 874	1 906	3,5	4,1	4,1	4,0	1,7	0,1	1,7	0,1
Itália	1 660	1 549	4,1	3,7	3,7	3,3	-6,7	-0,2	-6,7	-0,2
Bélgica	1 426	1 349	2,6	3,1	3,1	2,8	-5,4	-0,2	-5,4	-0,2
Suécia	466	449	1,3	1,0	1,0	0,9	-3,8	0,0	-3,8	0,0
Dinamarca	313	315	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0	0,7	0,0
Alargamento	1 449	1 515	2,4	3,2	3,2	3,2	4,6	0,1	4,6	0,1
Polónia	404	441	0,7	0,9	0,9	0,9	9,2	0,1	9,2	0,1
Extra UE	13 090	14 092	22,9	28,9	28,9	29,8	7,7	2,2	7,7	2,2
dos quais:										
Angola	2 991	3 113	4,4	6,6	6,6	6,6	4,1	0,3	4,1	0,3
EUA	1 865	2 001	4,7	4,1	4,1	4,2	7,3	0,3	7,3	0,3
China	778	659	0,5	1,7	1,7	1,4	-15,3	-0,3	-15,3	-0,3
Brasil	679	773	0,7	1,5	1,5	1,6	13,9	0,2	13,9	0,2
Marrocos	459	733	0,5	1,0	1,0	1,5	59,5	0,6	59,5	0,6
Argélia	428	530	0,2	0,9	0,9	1,1	23,7	0,2	23,7	0,2
Suíça	401	419	0,7	0,9	0,9	0,9	4,6	0,0	4,6	0,0
Turquia	355	382	0,6	0,8	0,8	0,8	7,5	0,1	7,5	0,1
Venezuela	313	190	0,0	0,7	0,7	0,4	-39,3	-0,3	-39,3	-0,3
Moçambique	287	327	0,2	0,6	0,6	0,7	14,0	0,1	14,0	0,1
Por memória:										
Gibraltar	312	342	0,0	0,7	0,7	0,7	9,8	0,1	9,8	0,1
PALOP	3 611	3 764	5,4	8,0	8,0	8,0	4,2	0,3	4,2	0,3
EFTA	513	540	1,0	1,1	1,1	1,1	5,2	0,1	5,2	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: só matério das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2013.

[2] $(\text{jan } 13\text{-dez } 13) / (\text{jan } 12\text{-dez } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

De janeiro a dezembro de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 0,8% (Quadro 3.6).

Neste período o crescimento da grande maioria dos grupos de produtos foi moderado pelo impacto da redução das importações dos grupos de Produtos “Energéticos” e “Máquinas” (-1,1p.p. e -0,2p.p., respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (72,3%).

No ano de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 1,5%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 registaram o mesmo acréscimo. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 0,1%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram 0,9%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (4,6% do total). Seguem-se a China (2,4%) e a Rússia (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-dez		Anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	56 166	56 617	100,0	100,0	100,0	100,0	0,8	0,8	0,8	0,8
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	8 742	9 129	12,6	15,6	15,6	16,1	4,4	0,7	4,4	0,7
100-Energéticos	11625	11058	13,4	20,7	20,7	19,5	-4,9	-1,0	-4,9	-1,0
200-Químicos	9 255	9 232	13,4	16,5	16,5	16,3	-0,2	0,0	-0,2	0,0
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 387	2 595	4,7	4,3	4,3	4,6	8,7	0,4	8,7	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 614	3 854	6,7	6,4	6,4	6,8	6,6	0,4	6,6	0,4
500-Minérios e Metais	4 617	4 681	10,3	8,2	8,2	8,3	1,4	0,1	1,4	0,1
600-Máquinas [4]	8 294	8 199	20,2	14,8	14,8	14,5	-1,1	-0,2	-1,1	-0,2
700-Material de Transporte [5]	4 740	4 935	13,0	8,4	8,4	8,7	4,1	0,3	4,1	0,3
800-Prod. Acabados Diversos	2 891	2 932	5,7	5,1	5,1	5,2	1,4	0,1	1,4	0,1
Total sem energéticos	44 541	45 559	86,6	79,3	79,3	80,5	2,3	1,8	2,3	1,8
Mercados de origem										
Intra UE	40 322	40 910	76,6	71,8	71,8	72,3	1,5	1,0	1,5	1,0
dos quais:										
UE-15	38 793	39 382	74,8	69,1	69,1	69,6	1,5	1,0	1,5	1,0
Espanha	17 946	18 278	31,1	32,0	32,0	32,3	1,8	0,6	1,8	0,6
Alemanha	6 408	6 447	14,0	11,4	11,4	11,4	0,6	0,1	0,6	0,1
França	3 709	3 842	8,7	6,6	6,6	6,8	3,6	0,2	3,6	0,2
Itália	2 945	2 923	5,5	5,2	5,2	5,2	-0,8	0,0	-0,8	0,0
Países Baixos	2 711	2 843	4,7	4,8	4,8	5,0	4,9	0,2	4,9	0,2
Reino Unido	1 687	1 660	3,7	3,0	3,0	2,9	-1,6	0,0	-1,6	0,0
Bélgica	1 409	1 416	2,9	2,5	2,5	2,5	0,5	0,0	0,5	0,0
Suécia	561	566	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	0,0	0,9	0,0
Irlanda	546	547	0,8	1,0	1,0	1,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Alargamento	1 529	1 527	1,8	2,7	2,7	2,7	-0,1	0,0	-0,1	0,0
Extra UE	15 844	15 707	23,4	28,2	28,2	27,7	-0,9	-0,2	-0,9	-0,2
dos quais:										
Angola	1 781	2 632	0,6	3,2	3,2	4,6	47,8	1,5	47,8	1,5
China	1 375	1 368	1,8	2,4	2,4	2,4	-0,5	0,0	-0,5	0,0
Brasil	1 369	832	2,3	2,4	2,4	1,5	-39,2	-1,0	-39,2	-1,0
EUA	961	843	1,6	1,7	1,7	1,5	-12,3	-0,2	-12,3	-0,2
Nigéria	926	748	1,7	1,6	1,6	1,3	-19,3	-0,3	-19,3	-0,3
Arábia Saudita	890	695	0,7	1,6	1,6	1,2	-21,9	-0,3	-21,9	-0,3
Argélia	799	401	1,0	1,4	1,4	0,7	-49,9	-0,7	-49,9	-0,7
Cazaquistão	759	550	0,5	1,4	1,4	1,0	-27,5	-0,4	-27,5	-0,4
Azerbaijão	498	428	0,1	0,9	0,9	0,8	-13,9	-0,1	-13,9	-0,1
Guiné Equatorial	477	190	0,7	0,8	0,8	0,3	-60,1	-0,5	-60,1	-0,5
Rússia	476	1 000	0,9	0,8	0,8	1,8	10,2	0,9	10,2	0,9
Líbia	399	104	1,3	0,7	0,7	0,2	-73,9	-0,5	-73,9	-0,5
Camarões	372	810	0,0	0,7	0,7	1,4	117,4	0,8	117,4	0,8
OPEP ^[6]	5 301	5 036	6,3	9,4	9,4	8,9	-5,0	-0,5	-5,0	-0,5
EFTA	501	415	1,9	0,9	0,9	0,7	-17,1	-0,2	-17,1	-0,2
PALOP	1 807	2 707	0,7	3,2	3,2	4,8	49,8	1,6	49,8	1,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2013.

[2] $(\text{jan } 13\text{-dez } 13) / (\text{jan } 12\text{-dez } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

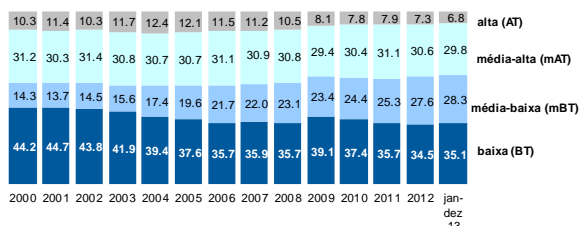
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

No ano de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 4,5%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,1%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+7,1%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

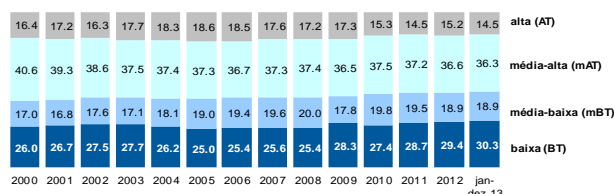
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,2p.p. e +2,0p.p., respetivamente).

As exportações dos produtos de média-alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente (0,6p.p.) para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 1,8%, com os produtos de baixa e média tecnologia a contribuírem positivamente para este acréscimo (1,4p.p. e 0,8p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro a dezembro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2012	2013	média 2007-12	2012-11	jan-dez 2013-12	2011	2012	jan-dez		2012	jan-dez 2013		
									2012	2013				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 771	42 771	44 701	3,3	6,1	4,5	100,0	100,0	100,0	100,0	6,1	4,5		
Alta tecnologia	3 121	3 121	3 054	-5,2	-1,8	-2,2	7,9	7,3	7,3	6,8	-0,1	-0,2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 977	2 977	2 866	-5,4	-0,9	-3,8	7,5	7,0	7,0	6,4	-0,1	-0,3		
Média-alta tecnologia	13 080	13 080	13 317	3,1	4,2	1,8	31,1	30,6	30,6	29,8	1,3	0,6		
Média-baixa tecnologia	11 805	11 805	12 644	8,1	15,6	7,1	25,3	27,6	27,6	28,3	4,0	2,0		
Baixa tecnologia	14 765	14 765	15 686	2,6	2,7	6,2	35,7	34,5	34,5	35,1	1,0	2,2		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	45 259	45 259	47 340	3,4	5,7	4,6	100,0	100,0	100,0	100,0	5,7	4,6		
Residual ^[3]	2 488	2 488	2 640	4,3	-1,3	6,1	5,9	5,5	5,5	5,6	-0,1	0,3		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	42 738	42 738	43 505	-3,2	-9,6	1,8	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,6	1,8		
Alta tecnologia	6 496	6 496	6 322	-5,9	-5,5	-2,7	14,5	15,2	15,2	14,5	-0,8	-0,4		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 158	6 158	5 921	-5,5	-6,7	-3,9	14,0	14,5	14,5	13,7	-0,9	-0,6		
Média-alta tecnologia	15 623	15 623	15 796	-3,6	-11,3	1,1	37,2	36,6	36,6	36,3	-4,2	0,4		
Média-baixa tecnologia	8 060	8 060	8 219	-3,9	-12,7	2,0	19,5	18,9	18,9	18,9	-2,5	0,4		
Baixa tecnologia	12 559	12 559	13 168	-0,5	-7,6	4,8	28,7	29,4	29,4	30,3	-2,2	1,4		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	56 166	56 166	56 617	-1,3	-5,2	0,8	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,2	0,8		
Residual ^[3]	13 428	13 428	13 111	6,8	12,6	-2,4	20,1	23,9	23,9	23,2	2,5	-0,6		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

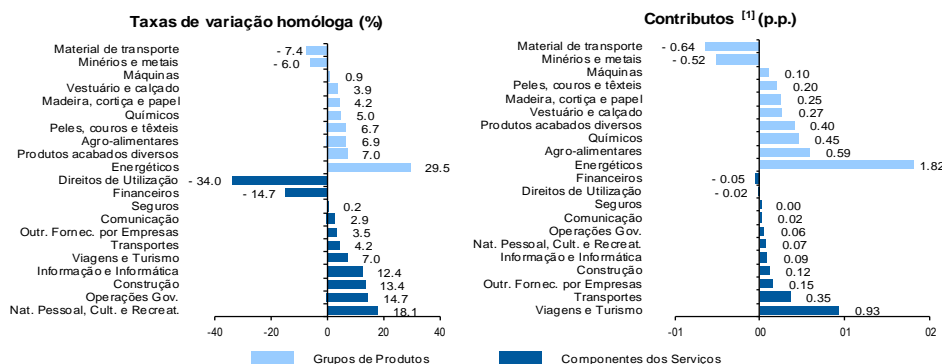
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de novembro de 2013, nos primeiros onze meses de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 5,3%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (3,3p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros onze meses de 2013, a componente dos Serviços representou 29,9% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,1p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 16,2% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (1,0%) em 0,3p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em novembro de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,82p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,59p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,93p.p.) e Transportes (+0,35p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em novembro de 2013



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,6%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-nov		média anual 07-12	12 meses [1]		jan-nov	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	59 795	62 970	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	4,6	4,6	5,3	5,3
Bens	42 175	44 121	69,4	70,4	70,5	70,1	3,4	4,1	2,9	4,6	3,3
Serviços	17 620	18 849	30,6	29,6	29,5	29,9	2,4	5,8	1,7	7,0	2,1
Transportes	4 986	5 237	7,7	8,4	8,3	8,3	4,7	4,2	0,4	5,0	0,4
Viagens e Turismo	8 005	8 578	13,3	13,3	13,4	13,6	3,1	7,0	0,9	7,2	1,0
Comunicação	465	464	1,0	0,8	0,8	0,7	-1,4	2,9	0,0	-0,2	0,0
Construção	502	571	1,1	0,9	0,8	0,9	-1,4	13,4	0,1	13,7	0,1
Seguros	90	88	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	-1,2	0,0
Financiários	214	184	0,4	0,4	0,4	0,3	-0,4	-14,7	-0,1	-13,7	0,0
Informação e Informática	418	468	0,4	0,7	0,7	0,7	5,0	12,4	0,1	11,9	0,1
Direitos de Utilização	35	26	0,1	0,1	0,1	0,0	-10,2	-34,0	0,0	-24,8	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 435	2 704	5,6	4,1	4,1	4,3	-3,3	3,5	0,2	11,0	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	237	266	0,3	0,4	0,4	0,4	7,9	18,1	0,1	12,4	0,0
Operações Governamentais	231	261	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	14,7	0,1	12,7	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	59 705	60 278	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,0	0,4	0,4	1,0	1,0
Bens	50 133	50 504	84,7	83,9	84,0	83,8	-1,2	0,3	0,3	0,7	0,6
Serviços	9 572	9 774	15,3	16,1	16,0	16,2	0,0	0,7	0,1	2,1	0,3
Transportes	3 009	3 119	4,9	5,0	5,0	5,2	-0,3	2,9	0,1	3,7	0,2
Viagens e Turismo	2 719	2 879	4,2	4,6	4,6	4,8	0,5	5,3	0,2	5,9	0,3
Comunicação	393	394	0,7	0,6	0,7	0,7	-3,6	-0,3	0,0	0,3	0,0
Construção	93	110	0,2	0,2	0,2	0,2	-3,7	20,1	0,0	19,1	0,0
Seguros	232	222	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	-4,6	0,0	-4,2	0,0
Financiários	397	270	0,3	0,7	0,7	0,4	16,0	-35,2	-0,2	-32,0	-0,2
Informação e Informática	341	378	0,4	0,6	0,6	0,6	4,7	6,7	0,0	10,7	0,1
Direitos de Utilização	322	318	0,5	0,5	0,5	0,5	1,4	-2,3	0,0	-1,4	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1550	1589	3,0	2,6	2,6	2,6	-3,6	-3,0	-0,1	2,6	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	435	415	0,5	0,8	0,7	0,7	6,0	1,6	0,0	-4,5	0,0
Operações Governamentais	81	79	0,3	0,2	0,1	0,1	-13,1	10,5	0,0	-2,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até novembro de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Evolução Recente do Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com o Brasil

Walter Anatole Marques ¹

Introdução

Nos passados meses autónomos de outubro e de novembro de 2013, a balança comercial com o Brasil foi favorável a Portugal, com saldos respetivamente de +43,1 milhões de euros em outubro e +46,7 milhões em novembro.

No período acumulado de janeiro a novembro, após défices de -805 milhões em 2011 e -694 milhões em 2012, o saldo negativo em 2013 desceu para -106 milhões de euros. Este comportamento ficou a dever-se não só a um acréscimo das exportações em termos homólogos (+11,9%) mas, principalmente, a uma quebra significativa das importações (-38,7%).

Os principais acréscimos das exportações incidiram nos agrupamentos de produtos “Agroalimentares”, “Energéticos” e “Material de transporte”, centrando-se a descida das importações no agrupamento “Energéticos”.

1 - Balança Comercial de Mercadorias

A Balança Comercial de mercadorias de Portugal com o Brasil é tradicionalmente deficitária, tendo o seu saldo descido, no período de janeiro a novembro de cada ano, de -805 milhões de euros em 2011, para -694 milhões em 2012 e -106 milhões em 2013, a que corresponderam aumentos do grau de cobertura das importações pelas exportações (Fob/Cif) respetivamente de 40,1%, 47,6% e 86,9% (*Quadro 1 e Gráfico 1*).

Quadro 1 – Balança Comercial de mercadorias Portugal - Brasil

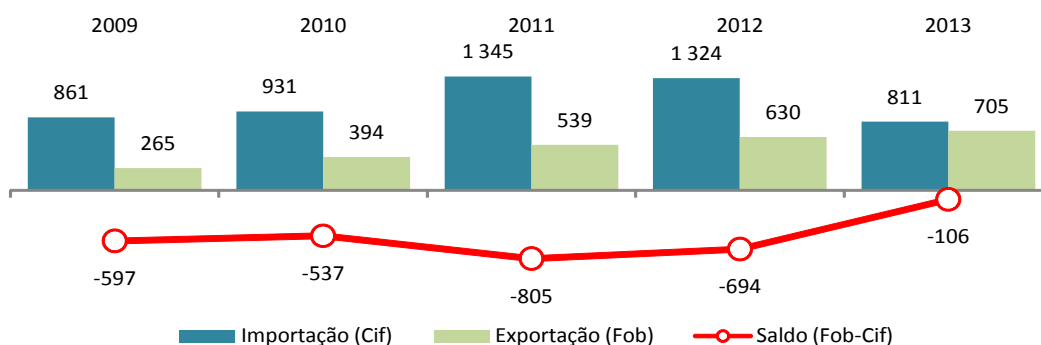
milhões de Euros

	2009	2010	2011	2012	Janeiro a Novembro				
					2009	2010	2011	2012	2013
Importação (Cif)	888	1 046	1 462	1 369	861	931	1 345	1 324	811
T.V.H.	-34.9	17.9	39.7	-6.4	-	8.1	44.5	-1.5	-38.7
Peso no Mundo (%)	1.7	1.8	2.5	2.4	1.8	1.7	2.5	2.6	1.6
Exportação (Fob)	295	440	583	679	265	394	539	630	705
T.V.H.	-7.9	49.2	32.7	16.4	-	48.8	36.9	16.8	11.9
Peso no Mundo (%)	0.9	1.2	1.4	1.5	0.9	1.2	1.4	1.5	1.6
Saldo (Fob-Cif)	-593	-607	-879	-690	-597	-537	-805	-694	-106
Cobertura (Fob/Cif) [%]	33.2	42.0	39.9	49.6	30.7	42.3	40.1	47.6	86.9

Fonte: A partir de dados de base do INE (data da divulgação: 9-1-2014).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

**Gráfico 1 – Balança Comercial de mercadorias de Portugal-Brasil
- Janeiro a novembro de 2009 a 2013 -**



Fonte: A partir de dados de base do INE (data da divulgação: 9-1-2014).

2 - Importações por Agrupamentos de Produtos²

Nos primeiros onze meses de 2013, as principais importações portuguesas com origem no Brasil incidiram no agrupamento “*Agroalimentares*” (56,9% do total), seguido dos “*Energéticos*” (19,6%) (Quadro 2).

**Quadro 2 – Importações portuguesas por agrupamentos de produtos
com origem no Brasil**

- 2011 e 2012 e Jan-Nov. 2012 a 2013 -

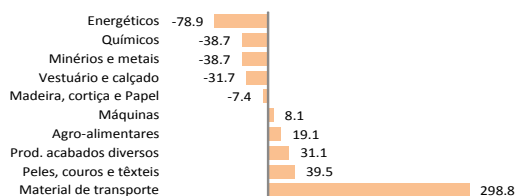
Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	milhões de Euros				TVH (%)			Diferencial milhões de Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		12/11	Jan-Nov		12-11	Jan-Nov 13-12	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
	TOTAL	1 461.9	1 368.7	1 324.3	811.4	-6.4 ↓	-38.7 ↓	-38.7 ↓	-93.2 ↓	-512.9 ↓	100.0	100.0	100.0	100.0
000	Agro-alimentares	412.2	420.0	387.7	461.8	1.9	19.1	5.6	7.8	74.1	28.2	30.7	29.3	56.9
100	Energéticos	761.8	754.3	754.3	158.9	-1.0	-78.9	-45.0	-7.5	-595.4	52.1	55.1	57.0	19.6
200	Químicos	76.2	66.9	62.8	38.5	-12.2	-38.7	-1.8	-9.3	-24.3	5.2	4.9	4.7	4.7
300	Madeira, cortiça e papel	29.3	19.3	17.7	16.4	-33.9	-7.4	-0.1	-9.9	-1.3	2.0	1.4	1.3	2.0
400	Peles, couros e têxteis	23.8	21.9	20.0	27.8	-7.9	39.5	0.6	-1.9	7.9	1.6	1.6	1.5	3.4
500	Vestuário e calçado	13.1	11.3	11.2	7.6	-14.3	-31.7	-0.3	-1.9	-3.5	0.9	0.8	0.8	0.9
600	Minérios e metais	89.9	19.4	18.9	11.6	-78.4	-38.7	-0.6	-70.5	-7.3	6.1	1.4	1.4	1.4
700	Máquinas	43.8	34.2	31.4	34.0	-21.8	8.1	0.2	-9.5	2.6	3.0	2.5	2.4	4.2
800	Material de transporte	1.6	11.0	10.5	41.9	598.9	298.8	2.4	9.4	31.4	0.1	0.8	0.8	5.2
900	Prod. acabados diversos	0.01	0.01	0.01	0.01	0.9	31.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento em pontos percentuais - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior /100.

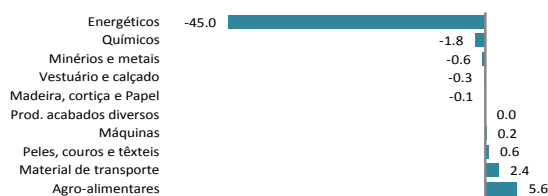
Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Janeiro a Novembro de 2013

Taxas de variação homóloga (%)
por agrupamentos de produtos



Contributos^[1] dos agrupamentos (p.p.)
para o crescimento global de -38.7%



Para o decréscimo global de -512,9 milhões de euros, verificado face a igual período do ano anterior, contribuiu decisivamente o agrupamento “*Energéticos*” (-595,4 milhões de euros), essencialmente petró-

² O conteúdo dos Agrupamentos de Produtos, construídos com base nos Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2), encontra-se definido no ANEXO-3.

leo bruto, a que se seguiu o dos “Químicos” (-24,3 milhões), principalmente colofónias e ácidos resínicos, polímeros de propileno, hidrocarbonetos cíclicos (benzeno, tolueno, etc.), polímeros de etileno e colas.

A estas quebras contrapuseram-se acréscimos nos agrupamentos “Agroalimentares” (+74,1 milhões de euros, principalmente soja, seguida dos frutos tropicais, apesar dos decréscimos verificados nas importações de açúcar, de bagaço de soja e de tabaco), e no do “Material de transporte” (+31,4 milhões), este centrado no material aeronáutico.

Os agrupamentos que mais contribuíram para uma taxa negativa de variação homóloga global em valor de -38,7% foram, em pontos percentuais (p.p.), os agrupamentos “Energéticos” (-45,0p.p.) e “Químicos” (-1,8p.p.), a que se contrapuseram contributos positivos dos “Agroalimentares” (+5,6p.p.) e do “Material de transporte” (+2,4p.p.).

Em anexo, encontram-se relacionados os acréscimos e decréscimos superiores a um milhão de euros, por produtos desagregados a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-4), dentro de cada um dos dez agrupamentos de produtos, para os anos de 2011 e 2012 e período acumulado de janeiro a novembro de 2012 e 2013 (Anexo-1).

3 - Exportações por Agrupamentos de Produtos

No período de janeiro a novembro de 2013, as principais exportações portuguesas com destino ao Brasil incidiram nos agrupamentos “Agroalimentares” (40,9% do total), “Minérios e metais” (17,4%), “Máquinas” (14,2%) e “Energéticos” (8,8%), ou seja, mais de 80% do total das exportações neste período. (Quadro 3).

O maior ritmo de crescimento verificado ocorreu no agrupamento “Material de transporte” (+175,0%, ou seja, um aumento de +21,3 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior), que viu o seu peso na estrutura subir de 1,9% para 4,7%, com destaque para as partes de veículos aéreos (+14,2 milhões de euros) e veículos automóveis para usos especiais (+6,4 milhões).

Os outros dois maiores acréscimos tiveram lugar nos agrupamentos “Agroalimentares” (+23,1 milhões de euros) e “Energéticos” (+21,5 milhões).

No primeiro destes agrupamentos destaca-se o aumento das exportações de azeite de oliveira (mais 30,7 milhões de euros do que no ano anterior), seguido das conservas de peixe (+1,6 milhões), a que se contrapuseram decréscimos nas exportações de maçãs, peras e marmelos (-6,3 milhões), tripas, bexigas e buchos (-2,5 milhões), frutas de casca rijas (-1,1 milhões) e peixe congelado (-1,1 milhões de euros).

O acréscimo no agrupamento “Energéticos” deveu-se por inteiro ao gás natural liquefeito (+25,5 milhões de euros), a que se contrapôs um decréscimo nas exportações de misturas de hidrocarbonetos aromáticos, que não se exportaram em 2013 (-4 milhões de euros).

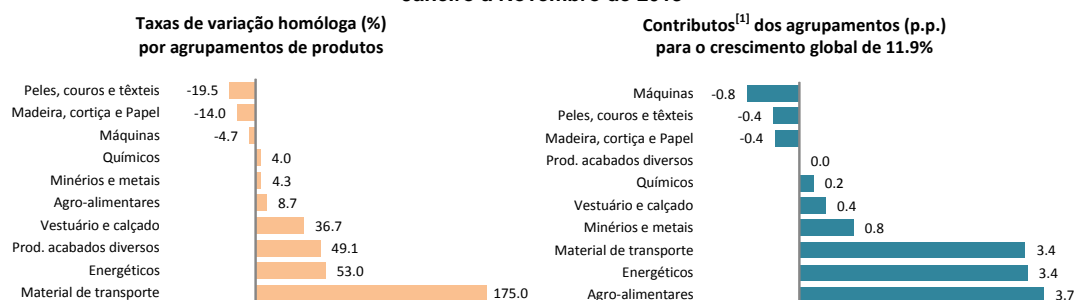
Os agrupamentos que mais contribuíram para a variação homóloga global em valor de +11,9%, foram os agrupamentos “Agroalimentares” (+3,7p.p.), “Energéticos” (+3,4p.p.) e “Material de transporte” (+3,4%).

**Quadro 3 – Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos
com destino ao Brasil
- 2011 e 2012 e Jan-Nov. 2012 a 2013 -**

Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	milhões de Euros				TVH (%)			Diferencial milhões de Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		2012/2011	Jan-Nov		2012-2011	Jan-Nov 2013-2012	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
	TOTAL	583.1	678.8	630.2	705.0	16.4 ↗	11.9 ↗	11.9	95.7 ↗	74.8 ↗	100.0	100.0	100.0	100.0
000	Agro-alimentares	256.1	288.3	265.3	288.4	12.6	8.7	3.7	32.2	23.1	43.9	42.5	42.1	40.9
100	Energéticos	41.4	40.5	40.5	62.0	-2.0	53.0	3.4	-0.8	21.5	7.1	6.0	6.4	8.8
200	Químicos	36.1	37.2	33.8	35.1	3.0	4.0	0.2	1.1	1.3	6.2	5.5	5.4	5.0
300	Madeira, cortiça e papel	16.9	17.6	16.5	14.2	4.2	-14.0	-0.4	0.7	-2.3	2.9	2.6	2.6	2.0
400	Peles, couros e têxteis	26.6	14.0	12.7	10.2	-47.5	-19.5	-0.4	-12.6	-2.5	4.6	2.1	2.0	1.4
500	Vestuário e calçado	8.9	7.2	6.8	9.3	-18.7	36.7	0.4	-1.7	2.5	1.5	1.1	1.1	1.3
600	Minérios e metais	87.4	124.1	117.7	122.8	42.1	4.3	0.8	36.8	5.1	15.0	18.3	18.7	17.4
700	Máquinas	79.0	112.6	104.9	100.0	42.6	-4.7	-0.8	33.6	-5.0	13.5	16.6	16.7	14.2
800	Material de transporte	14.1	14.2	12.2	33.5	0.9	175.0	3.4	0.1	21.3	2.4	2.1	1.9	4.7
900	Prod. acabados diversos	0.02	0.02	0.02	0.03	37.9	49.1	0.0	0.01	0.01	0.0	0.0	0.0	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento em pontos percentuais - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior /100.
Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Janeiro a Novembro de 2013



Nas páginas seguintes, em anexo, encontram-se relacionados os acréscimos e decréscimos superiores a um milhão de euros, por produtos desagregados a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-4), dentro de cada um dos dez agrupamentos de produtos, para os anos de 2011 e 2012 e período acumulado de janeiro a novembro de 2012 e 2013 (*Anexo-2*).

ANEXO-1
Importações portuguesas por agrupamentos de produtos desagregados em NC-4, com origem no Brasil
- Anos de 2011 e 2012 e Jan-Nov de 2012 e 2013 -
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de Euros por NC-4 em Jan-Nov 2013)

Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	1000 Euros				TVH (%)			Diferencial 1000 Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		2012/2011	Jan-Nov		2012-2011	Jan-Nov 2013-2012	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
	TOTAL	1 461 906	1 368 693	1 324 328	811 387	-6.4 ↓	-38.7 ↓	-38.7	-93 212 ↓	-512 941 ↓	100.0	100.0	100.0	100.0
000	Agro-alimentares	412 198	420 046	387 725	461 824	1.9 ↗	19.1 ↗	5.6	7 848 ↗	74 099 ↗	28.2	30.7	29.3	56.9
	<i>Acréscimo:</i>													
1201	Soja, mesmo triturada	47 947	23 192	5 727	147 536	-51.6	2476.2	10.7	-24 756	141 809	3.3	1.7	0.4	18.2
0804	Tâmaras/figos/ananases/abacates/goiabas/mangas, frescos/secos	95 763	166 856	158 777	182 731	74.2	15.1	1.8	71 092	23 954	6.6	12.2	12.0	22.5
0807	Melões, melancias e papaias, frescos	10 020	7 488	6 269	10 680	-25.3	70.4	0.3	-2 532	4 411	0.7	0.5	0.5	1.3
	<i>Decréscimo:</i>													
1701	Açúcar cana/beterraba/sacarose quimicamente pura, estado sólido	126 453	97 529	97 165	42 012	-22.9	-56.8	-4.2	-28 923	-55 154	8.6	7.1	7.3	5.2
2304	Bagaço soja/outr resid extração óleo, mesmo triturados/pellets	38 377	26 474	26 474	15 648	-31.0	-40.9	-0.8	-11 902	-10 826	2.6	1.9	2.0	1.9
2401	Tabaco não manufaturado; desperdícios de tabaco	24 128	29 502	27 834	17 139	22.3	-38.4	-0.8	5 374	-10 695	1.7	2.2	2.1	2.1
1001	Trigo e mistura de trigo com centeio	0	6 508	6 508	0	↗	-100.0	-0.5	6 508	-6 508	0.0	0.5	0.5	0.0
0901	Café mesmo torrado/descafeinado, cascas, seus sucedâneos	19 197	21 285	19 938	13 716	10.9	-31.2	-0.5	2 088	-6 222	1.3	1.6	1.5	1.7
1006	Arroz	3 313	3 455	3 455	28	4.3	-99.2	-0.3	141	-3 427	0.2	0.3	0.3	0.0
0202	Carne de bovino, congelada	2 642	2 391	2 308	834	-9.5	-63.9	-0.1	-251	-1 474	0.2	0.2	0.2	0.1
100	Energéticos	761 824	754 314	754 312	158 886	-1.0 ↓	-78.9 ↓	-45.0	-7 510 ↓	-595 426 ↓	52.1	55.1	57.0	19.6
	<i>Decréscimo:</i>													
2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	761 750	754 241	754 241	158 804	-1.0	-78.9	-45.0	-7 509	-595 437	52.1	55.1	57.0	19.6
200	Químicos	76 246	66 918	62 843	38 520	-12.2 ↓	-38.7 ↓	-1.8	-9 328 ↓	-24 323 ↓	5.2	4.9	4.7	4.7
	<i>Decréscimo:</i>													
3806	Colofónias e ácidos resínicos; essências e óleos; gomas fundidas	7 735	10 524	9 458	2 624	36.1	-72.3	-0.5	2 789	-6 834	0.5	0.8	0.7	0.3
3902	Polímeros de propileno/outras olefinas, em formas primárias	22 207	14 675	13 844	7 410	-33.9	-46.5	-0.5	-7 532	-6 434	1.5	1.1	1.0	0.9
2902	Hidrocarbonetos cíclicos (benzeno/tolueno/xileno/estireno/etc)	0	5 839	5 839	0	↗	-100.0	-0.4	5 839	-5 839	0.0	0.4	0.4	0.0
3901	Polímeros de etileno em formas primárias	23 878	21 642	20 386	15 423	-9.4	-24.3	-0.4	-2 235	-4 963	1.6	1.6	1.5	1.9
3503	Gelatinas; ictiocola; outras colas origem animal except caseína	90	1 214	1 214	144	1252.4	-88.1	-0.1	1 125	-1 070	0.0	0.1	0.1	0.0

(continua)

ANEXO-1 (continuação)
Importações portuguesas por agrupamentos de produtos desagregados em NC-4, com origem no Brasil
- Anos de 2011 e 2012 e Jan-Nov de 2012 e 2013 -
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por Nc-4 em Jan-Nov 2013)

Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	1000 Euros				TVH (%)			Diferencial 1000 Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		2012/2011	Jan-Nov		2012-2011	Jan-Nov 2013-2012	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
300	Madeira, cortiça e papel	29 288	19 346	17 682	16 365	-33.9 ↓	-7.4 ↓	-0.1	-9 942 ↓	-1 317 ↓	2.0	1.4	1.3	2.0
	<i>Acréscimo:</i>													
4804	<i>Papel e cartão Kraft, não revestido, em rolos ou folhas</i>	2 923	1 231	1 043	2 075	-57.9 ↓	98.9 ↗	0.1	-1 692 ↓	1 031 ↗	0.2	0.1	0.1	0.3
	<i>Decréscimo:</i>													
4407	<i>Madeira serrada/cortada/desenrolada c/espessura > 6 mm</i>	8 906	6 964	6 492	3 725	-21.8 ↓	-42.6 ↓	-0.2	-1 942 ↓	-2 767 ↓	0.6	0.5	0.5	0.5
400	Peles, couros e têxteis	23 769	21 882	19 962	27 848	-7.9 ↓	39.5 ↗	0.6	-1 887 ↓	7 886 ↗	1.6	1.6	1.5	3.4
	<i>Acréscimo:</i>													
4104	<i>Couros e peles curtidos de bovinos/equídeos, depilados</i>	9 083	8 145	7 244	12 829	-10.3 ↓	77.1 ↗	0.4	-938 ↓	5 585 ↗	0.6	0.6	0.5	1.6
5201	<i>Algodão não cardado nem penteado</i>	3 312	5 415	4 755	7 737	63.5 ↗	62.7 ↗	0.2	2 103 ↗	2 982 ↗	0.2	0.4	0.4	1.0
500	Vestuário e calçado	13 129	11 256	11 151	7 612	-14.3 ↓	-31.7 ↓	-0.3	-1 872 ↓	-3 540 ↓	0.9	0.8	0.8	0.9
	<i>Decréscimo:</i>													
6403	<i>Calçado sola borracha/plástico/couro e parte superior couro natural</i>	4 583	4 149	4 125	2 444	-9.5 ↓	-40.8 ↓	-0.1	-433 ↓	-1 681 ↓	0.3	0.3	0.3	0.3
600	Minérios e metais	89 876	19 376	18 886	11 583	-78.4 ↓	-38.7 ↓	-0.6	-70 500 ↓	-7 303 ↓	6.1	1.4	1.4	1.4
	<i>Acréscimo:</i>													
7213	<i>Fio-máquina de ferro ou aço não ligado</i>	2 513	1 257	1 257	3 525	-50.0 ↓	180.5 ↗	0.2	-1 257 ↓	2 269 ↗	0.2	0.1	0.1	0.4
7210	<i>Laminados planos ferro/aço ã ligado, revestidos, >= 600mm largura</i>	7 928	3	3	1 816	-100.0 ↓	60126.0 ↗	0.1	-7 925 ↓	1 813 ↗	0.5	0.0	0.0	0.2
	<i>Decréscimo:</i>													
7208	<i>Laminados a quente planos ferro/aço não ligado, >= 600mm largura</i>	61 411	14 253	14 253	2 635	↓	-81.5 ↓	-0.9	-47 159 ↓	-11 618 ↓	4.2	1.0	1.1	0.3
700	Máquinas	43 774	34 236	31 407	33 958	-21.8 ↓	8.1 ↗	0.2	-9 538 ↓	2 551 ↗	3.0	2.5	2.4	4.2
	<i>Acréscimo:</i>													
8501	<i>Motores/geradores eléctricos, excepto grupos electrogéneos</i>	1 848	1 485	1 457	2 937	-19.6 ↓	101.5 ↗	0.1	-363 ↓	1 480 ↗	0.1	0.1	0.1	0.4
800	Material de transporte	1 573	10 993	10 497	41 863	598.9 ↗	298.8 ↗	2.4	9 420 ↗	31 366 ↗	0.1	0.8	0.8	5.2
	<i>Acréscimo:</i>													
8802	<i>Helicópteros/aviões/satélites/outros veículos espaciais, com motor</i>	0	6 999	6 999	35 479	↗	406.9 ↗	2.2	6 999 ↗	28 480 ↗	0.0	0.5	0.5	4.4
8803	<i>Partes de veículos aéreos com e sem motor</i>	403	1 443	1 422	2 889	257.9 ↗	103.1 ↗	0.1	1 040 ↗	1 467 ↗	0.0	0.1	0.1	0.4
8704	<i>Veículos automóveis para transporte de mercadorias</i>	900	2 311	1 836	3 112	156.9 ↗	69.5 ↗	0.1	1 411 ↗	1 276 ↗	0.1	0.2	0.1	0.4
900	Prod. acabados diversos	10 229	10 325	9 864	12 929	0.9 ↗	31.1 ↗	0.2	96 ↗	3 065 ↗	0.7	0.8	0.7	1.6
	<i>Acréscimo:</i>													
9031	<i>Aparelh de medida/controlo n.e. nem incl noutras p.p.</i>	51	1 695	1 695	5 626	3228.0 ↗	231.9 ↗	0.3	1 644 ↗	3 931 ↗	0.0	0.1	0.1	0.7

[1] Contributos para a taxa de crescimento em pontos percentuais - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior /100.

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

ANEXO-2
Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos desagregados em NC-4, com destino ao Brasil
- Anos de 2011 e 2012 e Jan-Nov de 2012 e 2013 -
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de Euros por NC-4 em Jan-Nov 2013)

Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	1000 Euros				TVH (%)			Diferencial 1000 Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		2012/2011	Jan-Nov		2012-2011	Jan-Nov 2013-2012	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
	TOTAL	583 107	678 773	630 189	704 981	16.4 ↗	11.9 ↗	11.9	95 666 ↗	74 791 ↗	100.0	100.0	100.0	100.0
000	Agro-alimentares	256 096	288 297	265 343	288 401	12.6 ↗	8.7 ↗	3.7	32 200 ↗	23 058 ↗	43.9	42.5	42.1	40.9
	<i>Acréscimo:</i>													
1509	<i>Azeite de oliveira, mesmo refinado</i>	111 054	142 863	131 130	161 820	28.6 ↗	23.4 ↗	4.9	31 809 ↗	30 690 ↗	19.0	21.0	20.8	23.0
1604	<i>Conservas de peixe; caviar e sucedâneos prep a partir de ovas</i>	1 872	4 514	4 059	5 330	141.1 ↗	31.3 ↗	0.2	2 642 ↗	1 270 ↗	0.3	0.7	0.6	0.8
	<i>Decréscimo:</i>													
0808	<i>Maçãs, peras e marmelos, frescos</i>	29 875	27 854	24 886	18 554	-6.8 ↘	-25.4 ↘	-1.0	-2 020 ↘	-6 333 ↘	5.1	4.1	3.9	2.6
0504	<i>Tripas, bexigas e buchos, excepto de peixes</i>	3 853	3 719	3 451	973	-3.5 ↘	-71.8 ↘	-0.4	-134 ↘	-2 478 ↘	0.7	0.5	0.5	0.1
0802	<i>Frutas casca rija, excepto coco/castanha Brasil/cajú, fresco/secas</i>	4 322	5 924	5 859	4 787	37.1 ↗	-18.3 ↘	-0.2	1 601 ↗	-1 072 ↘	0.7	0.9	0.9	0.7
0303	<i>Peixe congelado, excepto filetes</i>	20 468	21 276	19 639	18 570	3.9 ↗	-5.4 ↘	-0.2	808 ↗	-1 068 ↘	3.5	3.1	3.1	2.6
100	Energéticos	41 376	40 544	40 544	62 044	-2.0 ↘	53.0 ↗	3.4	-832 ↘	21 500 ↗	7.1	6.0	6.4	8.8
	<i>Acréscimo:</i>													
2711	<i>Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos</i>	0	36 536	36 536	62 041	↗	69.8 ↗	4.0	36 536 ↗	25 506 ↗	0.0	5.4	5.8	8.8
	<i>Decréscimo:</i>													
2707	<i>Prod destil alcatrão hulha alta temp (benzóis/toluóis/xilóis/solv-nafta)</i>	19 735	3 996	3 996	0	-79.8 ↘	-100.0 ↘	-0.6	-15 740 ↘	-3 996 ↘	3.4	0.6	0.6	0.0
200	Químicos	36 140	37 215	33 799	35 138	3.0 ↗	4.0 ↗	0.2	1 075 ↗	1 339 ↗	6.2	5.5	5.4	5.0
	<i>Acréscimo:</i>													
3102	<i>Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados (nitrogenados)</i>	1 095	678	658	2 274	-38.1 ↘	245.7 ↗	0.3	-417 ↘	1 616 ↗	0.2	0.1	0.1	0.3
3920	<i>Outras chapas/folhas/pelíc/tiras/lâminas, de plástico não alveolar</i>	7 906	5 559	4 970	6 421	-29.7 ↘	29.2 ↗	0.2	-2 347 ↘	1 451 ↗	1.4	0.8	0.8	0.9
3921	<i>Outras chapas/folhas/películas/tiras e lâminas, de plástico</i>	994	852	803	1 882	-14.3 ↘	134.3 ↗	0.2	-143 ↘	1 078 ↗	0.2	0.1	0.1	0.3
4005	<i>Borracha misturada ã vulcaniz, formas primárias/chapas/folhas/tiras</i>	391	585	544	1 577	49.6 ↗	190.1 ↗	0.2	194 ↗	1 034 ↗	0.1	0.1	0.1	0.2
	<i>Decréscimo:</i>													
3105	<i>Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, compostos</i>	5 531	6 462	6 462	5 125	16.8 ↗	-20.7 ↘	-0.2	931 ↗	-1 337 ↘	0.9	1.0	1.0	0.7
2917	<i>Ácidos policarboxílicos e seus derivados</i>	0	5 272	3 529	2 471	↗	-30.0 ↘	-0.2	5 272 ↗	-1 057 ↘	0.0	0.8	0.6	0.4
300	Madeira, cortiça e papel	16 938	17 648	16 462	14 164	4.2 ↗	-14.0 ↘	-0.4	710 ↗	-2 298 ↘	2.9	2.6	2.6	2.0
	<i>Decréscimo:</i>													
4410	<i>Painéis particulas madeira/outras matérias lenhosas/aglomerados</i>	81	1 391	1 389	47	↗	-96.6 ↘	-0.2	1 310 ↗	-1 342 ↘	0.0	0.2	0.2	0.0

(continua)

ANEXO-2 (continuação)

Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos desagregados em NC-4, com destino ao Brasil
 - Anos de 2011 e 2012 e Jane-Nov de 2012 e 2013 –
 (acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por Nc-4 em Jan-Nov 2013)

Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	1000 Euros				TVH (%)			Diferencial 1000 Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		2012/2011	Jan-Nov		2012-2011	Jan-Nov 2013-2012	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
400	Peles, couros e têxteis	26 619	13 988	12 673	10 196	-47.5 ↓	-19.5 ↓	-0.4	-12 631 ↓	-2 478 ↓	4.6	2.1	2.0	1.4
500	Vestuário e calçado	8 869	7 214	6 817	9 321	-18.7 ↓	36.7 ↑	0.4	-1 654 ↓	2 505 ↑	1.5	1.1	1.1	1.3
	<i>Acréscimo:</i>													
6203	<i>Fatos/conj/casacos/calças/jardin/bermudas/calções, de tecido, p/H</i>	3 239	2 003	2 000	4 356	-38.2 ↓	117.8 ↑	0.4	-1 236 ↓	2 356 ↑	0.6	0.3	0.3	0.6
600	Minérios e metais	87 383	124 136	117 698	122 813	42.1 ↑	4.3 ↑	0.8	36 753 ↑	5 115 ↑	15.0	18.3	18.7	17.4
	<i>Acréscimo:</i>													
7308	<i>Construções em ferro ou aço e suas partes</i>	4 076	17 552	17 328	36 270	330.6 ↑	109.3 ↑	3.0	13 476 ↑	18 942 ↑	0.7	2.6	2.7	5.1
2523	<i>Cimentos hidráulicos (incluindo clinkers), mesmo corados</i>	17 468	17 097	13 936	18 356	-2.1 ↓	31.7 ↑	0.7	-371 ↓	4 419 ↑	3.0	2.5	2.2	2.6
8207	<i>Ferramentas intercambiáveis manuais ou p/máquinas-ferramenta</i>	5 681	6 050	5 781	7 612	6.5 ↑	31.7 ↑	0.3	369 ↑	1 831 ↑	1.0	0.9	0.9	1.1
7610	<i>Construções em alumínio e suas partes</i>	84	466	357	1 576	452.3 ↑	341.7 ↑	0.2	382 ↑	1 219 ↑	0.0	0.1	0.1	0.2
7212	<i>Laminados planos ferro/aço ã ligado, revestidos, até 600mm largura</i>	5	168	147	1 318	3056.7 ↑	794.1 ↑	0.2	163 ↑	1 171 ↑	0.0	0.0	0.0	0.2
	<i>Decréscimo:</i>													
7214	<i>Barras ferro/aço ã ligado forjad/laminad/estirad/extrudadas a quente</i>	0	25 574	25 574	13 560	↓	-47.0 ↓	-1.9	25 574 ↑	-12 014 ↓	0.0	3.8	4.1	1.9
7213	<i>Fio-máquina de ferro ou aço não ligado</i>	2 066	11 683	11 683	3 388	465.6 ↑	-71.0 ↓	-1.3	9 618 ↑	-8 295 ↓	0.4	1.7	1.9	0.5
7217	<i>Fios de ferro ou aço não ligado</i>	6 607	8 865	7 348	4 625	34.2 ↑	-37.1 ↓	-0.4	2 258 ↑	-2 723 ↓	1.1	1.3	1.2	0.7
7309	<i>Reservatórios em ferro/aço, excepto para gases, >300 litros</i>	120	2 824	2 814	806	2244.6 ↑	-71.4 ↓	-0.3	2 704 ↑	-2 008 ↓	0.0	0.4	0.4	0.1
2603	<i>Minérios de cobre e seus concentrados</i>	36 104	19 026	19 026	17 420	-47.3 ↓	-8.4 ↓	-0.3	-17 078 ↓	-1 605 ↓	6.2	2.8	3.0	2.5
700	Máquinas	78 968	112 587	104 933	99 982	42.6 ↑	-4.7 ↓	-0.8	33 619 ↑	-4 951 ↓	13.5	16.6	16.7	14.2
	<i>Acréscimo:</i>													
8479	<i>Aparelhos mecânicos c/função própria n.e. nem incl noutras p.p.</i>	6 687	3 545	2 760	15 074	-47.0 ↓	446.1 ↑	2.0	-3 141 ↓	12 314 ↑	1.1	0.5	0.4	2.1
8428	<i>Elevadores, escadas rolantes, transportadores e teleféricos</i>	632	1 500	1 451	5 688	137.5 ↑	292.0 ↑	0.7	869 ↑	4 237 ↑	0.1	0.2	0.2	0.8
8409	<i>Partes de motores de explosão ou diesel</i>	1 698	1 368	1 191	4 597	-19.4 ↓	286.1 ↑	0.5	-330 ↓	3 407 ↑	0.3	0.2	0.2	0.7
8418	<i>Refrigeradores/congeladores/máq produção frio; bombas de calor</i>	1 901	2 623	2 356	4 052	38.0 ↑	72.0 ↑	0.3	723 ↑	1 696 ↑	0.3	0.4	0.4	0.6
8464	<i>Máq-ferramentas p/trabalhar pedra/cerâmica/betão/vidro a frio</i>	426	390	390	1 606	-8.6 ↓	312.2 ↑	0.2	-37 ↓	1 217 ↑	0.1	0.1	0.1	0.2
8431	<i>Partes macacos/guindastes/empilhadores/bulldozers/outros</i>	398	1 775	1 420	2 516	346.5 ↑	77.2 ↑	0.2	1 378 ↑	1 097 ↑	0.1	0.3	0.2	0.4
8537	<i>Quadros/cabinas/armários p/comando/distribuição energia eléctrica</i>	932	1 444	1 340	2 421	54.9 ↑	80.7 ↑	0.2	512 ↑	1 081 ↑	0.2	0.2	0.2	0.3
8457	<i>Centros maquinagem; estações simples/múltiplas p/trabalhar metais</i>	8	43	43	1 120	451.0 ↑	2504.7 ↑	0.2	35 ↑	1 077 ↑	0.0	0.0	0.0	0.2
8438	<i>Outras máq p/preparar alimentos ou bebidas, excepto óleos</i>	1 192	563	563	1 580	-52.8 ↓	180.6 ↑	0.2	-629 ↓	1 017 ↑	0.2	0.1	0.1	0.2

(continua)

ANEXO-2 (continuação)

Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos desagregados em NC-4, com destino ao Brasil
 - Anos de 2011 e 2012 e Jane-Nov de 2012 e 2013 –
 (acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por Nc-4 em Jan-Nov 2013)

Agrp e NC-4	Agrupamentos de Produtos	1000 Euros				TVH (%)			Diferencial 1000 Euros		Estrutura (%)			
		2011	2012	Jan-Nov		2012/2011	Jan-Nov		2012-2011	Jan-Nov 2013-2012	2011	2012	Jan-Nov	
				2012	2013		13/12	Contrib p.p. [1]					2012	2013
	Decréscimo:													
8480	Caixas de fundição; moldes para metais/vidro/borracha/plástico	14 640	21 199	21 128	4 110	44.8 ↗	-80.5 ↘	-2.7	6 559 ↗	-17 018 ↘	2.5	3.1	3.4	0.6
8502	Grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos	532	9 477	9 477	3 963	1682.9 ↗	-58.2 ↘	-0.9	8 946 ↗	-5 515 ↘	0.1	1.4	1.5	0.6
8417	Fornos industriais/laboratório, incluindo incineradores não eléctricos	5 335	5 619	4 971	1 367	5.3 ↗	-72.5 ↘	-0.6	283 ↗	-3 604 ↘	0.9	0.8	0.8	0.2
8424	Aparelh projectar liq ou pós/extintores/aparelh de jacto areia/vapor	643	2 965	2 568	435	361.0 ↗	-83.1 ↘	-0.3	2 322 ↗	-2 133 ↘	0.1	0.4	0.4	0.1
8503	Partes de motores/geradores eléctricos e de grupos electrogéneos	1 835	1 855	1 854	69	1.0 ↗	-96.3 ↘	-0.3	19 ↗	-1 784 ↘	0.3	0.3	0.3	0.0
8527	Receptores rádiodifusão/telefonía/telegrafia c/s/gravad/reprod/relogio	767	3 165	2 870	1 124	312.9 ↗	-60.8 ↘	-0.3	2 399 ↗	-1 746 ↘	0.1	0.5	0.5	0.2
8517	Aparelh electr telefonía/telegrafia/telecomunicação, por fios	1 240	2 106	2 102	470	69.8 ↗	-77.6 ↘	-0.3	866 ↗	-1 632 ↘	0.2	0.3	0.3	0.1
8456	Máq-ferrament p/tratar matérias por desbaste (laser, ultra-sons, etc)	1 334	2 425	2 425	809	81.8 ↗	-66.6 ↘	-0.3	1 091 ↗	-1 616 ↘	0.2	0.4	0.4	0.1
8544	Fios/cabos/fibra óptica/conduz electr, isolados, c/s/peças conexão	990	2 400	2 380	907	142.4 ↗	-61.9 ↘	-0.2	1 410 ↗	-1 473 ↘	0.2	0.4	0.4	0.1
8529	Partes de emissores/radares/receptores rádio/TV	4 654	8 533	7 735	6 286	83.3 ↗	-18.7 ↘	-0.2	3 879 ↗	-1 449 ↘	0.8	1.3	1.2	0.9
800	Material de transporte	14 109	14 240	12 168	33 467	0.9 ↗	175.0 ↗	3.4	130 ↗	21 299 ↗	2.4	2.1	1.9	4.7
	Acréscimo:													
8803	Partes de veículos aéreos com e sem motor	7 731	7 892	6 955	21 172	2.1 ↗	204.4 ↗	2.3	161 ↗	14 216 ↗	1.3	1.2	1.1	3.0
8705	Veículos automóveis para usos especiais	177	597	0	6 352	237.5 ↗	↗	0.0	420 ↗	6 352 ↗	0.0	0.1	0.0	0.9
900	Prod. acabados diversos	16 609	22 905	19 753	29 455	37.9 ↗	49.1 ↗	1.5	6 296 ↗	9 702 ↗	2.8	3.4	3.1	4.2
	Acréscimo:													
7010	Garrafas/frascos/ampolas/embalagens/rolhas/tampas etc, de vidro	5	2	2	2 570	-70.0 ↘	165415.3 ↗	0.4	-4 ↘	2 569 ↗	0.0	0.0	0.0	0.4
6804	Mós e semelhantes para moer/desfibrar/triturar/amolar/polir/cortar	48	1 695	1 069	3 235	3460.6 ↗	202.6 ↗	0.3	1 648 ↗	2 166 ↗	0.0	0.2	0.2	0.5
9029	Outros contadores (de voltas, taxímetros, velocímetros, etc)	3	3	3	1 866	29.4 ↗	56263.7 ↗	0.3	1 ↗	1 863 ↗	0.0	0.0	0.0	0.3
9405	Candeeiros/outr aparelh iluminação, anúncios luminosos, s/ partes	727	1 179	1 119	2 850	62.2 ↗	154.7 ↗	0.3	452 ↗	1 731 ↗	0.1	0.2	0.2	0.4

[1] Contributos para a taxa de crescimento em pontos percentuais - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior /100.

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

ANEXO 3

**Definição do conteúdo dos Agrupamentos de Produtos
da Nomenclatura Combinada**

	Agrupamentos	Capítulos da NC
0	Agro- alimentares	01 a 24
1	Energéticos	27
2	Químicos	28 a 40
3	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
4	Peles, couros e têxteis	41 a 43, 50 a 60, 63
5	Vestuário e calçado	61, 62, 64 a 67
6	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
7	Máquinas	84, 85
8	Material de transporte	86 a 89
9	Prod. acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

Contributo dos Produtos “Agroalimentares” para o Crescimento das Exportações

Walter Anatole Marques ¹

Introdução

As exportações portuguesas de produtos “Agroalimentares” registaram um acréscimo de 351 milhões de euros nos primeiros onze meses de 2013, face a igual período do ano anterior, constituindo o segundo maior aumento verificado a seguir ao dos produtos “Energéticos” (+1.126 milhões).

Os maiores incrementos incidiram nas gorduras e óleos, com destaque para o azeite, no tabaco e seus sucedâneos manufacturados, no açúcar, nas preparações de carne, peixe, crustáceos e moluscos, nas preparações à base de cereais ou de leite e nos resíduos das indústrias alimentares, designadamente alimentos para animais.

Os mercados de destino em que se verificaram os maiores acréscimos foram a Espanha, a grande distância dos restantes, Angola, Rússia, África do Sul, Brasil, Países Baixos e EUA.

Terá interesse analisar-se, com algum pormenor, em que tipo de produtos, com maior ou menor valor acrescentado, ocorreram os maiores acréscimos, e também decréscimos, destas exportações, o que nos propomos fazer nas páginas seguintes.

1 - Balança Comercial de Produtos Agroalimentares

A Balança Comercial portuguesa de produtos “Agroalimentares” é deficitária, contudo com um grau de cobertura das importações pelas exportações (Fob/Cif) sustentadamente crescente ao longo dos últimos anos (de 53,3% em 2011 a 61,1% nos primeiros onze meses de 2013).

O peso das exportações no contexto global tem oscilado em torno dos 11,5%, enquanto o das importações se situou, nos últimos três anos, nos 15-16% (Quadro 1).

**Quadro 1 – Balança Comercial portuguesa de produtos “Agroalimentares”
- 2010 a 2012 e Jan-Nov. 2012 e 2013 -**

Agrupamentos de Produtos	milhões de Euros					TVH (%)		
	2010	2011	2012	Jan-Nov		11/10	12/11	J-Nov 13/12
				2012	2013			
Importações (Cif)	8 195	8 931	8 742	8 028	8 408	9.0	-2.1	4.7
<i>peso no Total (%)</i>	<i>14.0</i>	<i>15.1</i>	<i>15.6</i>	<i>15.5</i>	<i>16.1</i>	-	-	-
Exportações (Fob)	4 369	4 907	5 218	4 787	5 138	12.3	6.4	7.3
<i>peso no Total (%)</i>	<i>11.7</i>	<i>11.5</i>	<i>11.5</i>	<i>11.4</i>	<i>11.7</i>	-	-	-
Saldo (Fob-Cif)	-3 825	-4 025	-3 523	-3 241	-3 270	5.2	-12.5	0.9
Cobertura /Fob/Cif)	53.3	54.9	59.7	59.6	61.1	-	-	-

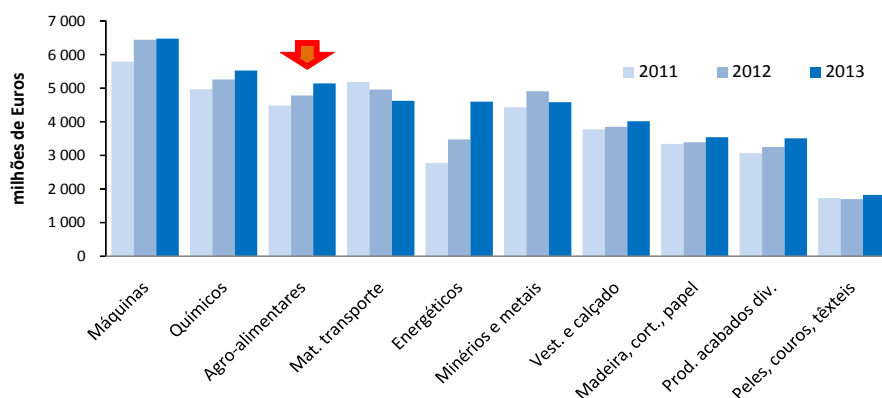
Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

2 - Importações por Agrupamentos de Produtos²

No período de Janeiro a Novembro de 2013, o agrupamento “Agroalimentares” ocupou a terceira posição na estrutura das exportações (11,7% do total), depois das “Máquinas” (14,8%) e dos “Químicos” (12,6%) (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Exportações por agrupamento de produtos
- Janeiro a novembro de 2011 a 2013 -**



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Nos primeiros onze meses de 2013, os “Agroalimentares” constituíram o segundo maior contributo para o aumento do valor das exportações (+351 milhões de euros), a seguir ao agrupamento “Energéticos” (+1.126 milhões), precedendo os agrupamentos “Químicos” (+272 milhões), “Produtos acabados diversos” (+265 milhões), “Vestuário e calçado” (+166 milhões), “Madeira, cortiça e papel” (+146 milhões), “Peles, couros e têxteis” (+124 milhões), “Máquinas” (+37 milhões), e os dois agrupamentos em que se verificaram quebras nas exportações neste período: “Minérios e metais” (-329 milhões) e “Material de transporte” (-330 milhões de euros). (Quadro 2).

**Quadro 2 – Exportações portuguesas por agrupamentos de produtos
Valor das exportações e diferencial face ao período homólogo anterior
- 2010 a 2012 e Jan-Nov. 2011 a 2013 –**

milhões de Euros

Agrupamentos de Produtos	Valor das exportações						Diferencial			
	2010	2011	2012	Jan-Nov			11-10	12-11	Jan-Nov	
				2011	2012	2013			12-11	13-12
TOTAL	37 268	42 828	45 259	39 554	42 019	43 847	5 560	2 431	2 465	1 828
100 Energéticos	2 391	3 076	3 770	2 773	3 477	4 604	685	693	705	1 126
000 Agro-alimentares	4 369	4 907	5 218	4 484	4 787	5 138	537	312	303	351
200 Químicos	4 424	5 341	5 634	4 971	5 257	5 529	917	294	286	272
900 Prod. acabados diversos	3 201	3 329	3 496	3 067	3 246	3 511	128	167	179	265
500 Vestuário e calçado	3 737	4 083	4 160	3 774	3 852	4 018	346	77	78	166
300 Madeira, cortiça e papel	3 341	3 611	3 666	3 343	3 392	3 538	270	55	49	146
400 Peles, couros e têxteis	1 672	1 871	1 835	1 735	1 699	1 823	199	-36	-36	124
700 Máquinas	5 620	6 276	6 945	5 790	6 440	6 477	656	670	650	37
600 Minérios e metais	3 973	4 801	5 295	4 433	4 912	4 583	828	494	479	-329
800 Material de transporte	4 539	5 533	5 240	5 184	4 957	4 627	994	-294	-227	-330

[1] Somatório das Expedições para os países comunitários com as Exportações para os países terceiros.

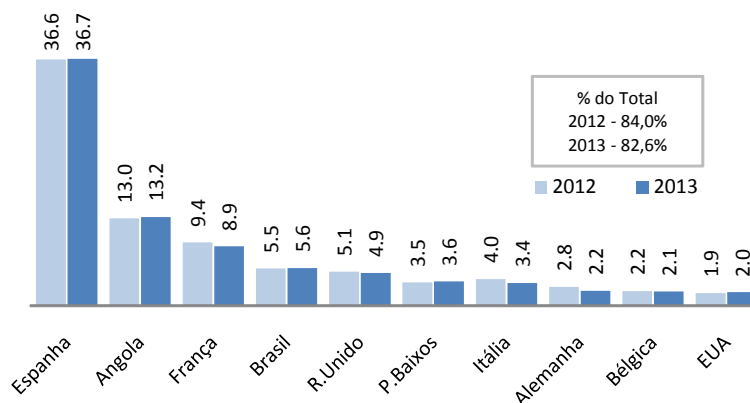
Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

² O conteúdo dos Agrupamentos de Produtos, construídos com base nos Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2), encontra-se definido no ANEXO-3.

3 - Mercados de Destino dos “Agroalimentares”

Os principais mercados de destino das exportações de “Agroalimentares” no período de Janeiro a Novembro de 2013 foi a Espanha (36,7% do Total), seguida de Angola (13,2%) e da França (8,9%) e, a maior distância, do Brasil (5,6%), Reino Unido (4,9%), Países Baixos (3,6%), Itália (3,4%), Alemanha (2,2%), Bélgica (2,1%) e EUA (2,0%), países que no seu conjunto, no período em análise, absorveram 82,6% destas exportações (Gráfico 2 e Quadro 3).

Gráfico 2 – Os 10 principais destinos das exportações de “Agroalimentares” em 2013
- Janeiro a novembro de 2012 e 2013 –



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Quadro 3 – Principais mercados de destino das exportações de “Agroalimentares”
- Janeiro a novembro de 2012 e 2013 –

Destino	Estrutura (%)		Quota (%) face Total do país		Diferencial 2013-2012	
	2012	2013	2012	2013	10 ⁶ Euros	rank.
Mundo	100.0	100.0	11.4	11.7	351	-
Intra UE-28	68.4	67.0	10.9	11.1	166	-
Extra UE-28	31.6	33.0	12.5	13.1	185	-
Espanha	36.6	36.7	18.6	18.2	134	1
Angola	13.0	13.2	22.6	23.7	55	2
França	9.4	8.9	9.1	9.0	3	15
Brasil	5.5	5.6	42.1	40.9	23	5
R.Unido	5.1	4.9	10.9	10.4	8	9
P.Baixos	3.5	3.6	9.6	10.6	19	6
Itália	4.0	3.4	9.6	12.0	-16	20
Alemanha	2.8	2.2	2.5	2.2	-19	21
Bélgica	2.2	2.1	7.9	8.7	5	12
EUA	1.9	2.0	5.3	5.7	12	7
Suíça	1.2	1.3	15.3	16.7	7	10
Cabo Verde	1.2	1.1	27.5	29.7	1	18
Canadá	1.1	1.1	31.3	27.9	2	17
Polónia	0.9	1.0	11.4	12.1	7	11
Rússia	0.4	0.9	11.2	18.0	26	3
Japão	0.7	0.7	20.2	31.1	3	16
Dinamarca	0.6	0.7	9.4	12.5	9	8
África do Sul	0.2	0.7	12.2	24.3	25	4
Moçambique	0.6	0.6	10.9	11.2	4	13
Luxemburgo	0.6	0.6	49.5	52.2	4	14
Rep. Checa	0.6	0.6	9.8	11.3	0	19
% do Mundo	92.1	91.9	-	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE (<http://www.ine.pt>).

Como se pode observar no quadro, os países em que os produtos “*Agroalimentares*” detiveram, no período em análise, quotas superiores a 20% face ao respetivo total da exportação, foram o Luxemburgo (52,2%), o Brasil (40,9%), o Japão (31,1%), Cabo Verde (29,7%), o Canadá (27,9%), a África do Sul (24,3%) e Angola (23,7%).

Por sua vez, os países que mais contribuíram para o crescimento global das exportações de “*Agroalimentares*” neste período foram a Espanha (+134 milhões de euros), Angola (+55 milhões), a Rússia (+26 milhões), a África do Sul (+25 milhões), o Brasil (+23 milhões), os Países Baixos (+19 milhões) e os EUA (+12 milhões de euros). Neste período decresceram, em termos homólogos, as exportações para a Alemanha (-19 milhões de euros) e para Itália (-16 milhões).

4 – Acréscimos e Decréscimos das Exportações por Capítulos da NC Desagregados a 4 Dígitos (NC-4)

No período de janeiro a novembro de 2013, o maior acréscimo das exportações de produtos “*Agroalimentares*”, por Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2), face a igual período do ano anterior, coube às ‘*Gorduras e óleos*’ (+97,2 milhões de euros), onde se destacou o azeite de oliveira (+77,6 milhões) e o óleo de girassol ou cártamo (+19,1 milhões) (*ver Anexo*)³.

Seguiram-se, com acréscimos de 20 ou superiores a 20 milhões de euros, o ‘*Tabaco sucedâneos manufacturados*’ (+48,4 milhões), o ‘*Açúcar e produtos de confeitaria*’ (+44,3 milhões), as ‘*Preparações de carne, peixe, crustáceos e moluscos*’ (+44,2 milhões), com destaque para as conservas de peixe (+28,4 milhões) e enchidos de carne (+9,2 milhões), as ‘*Preparações à base de cereais ou leite e produtos de pastelaria*’ (+37 milhões), os ‘*Resíduos das indústrias alimentares e alimentos para animais*’ (+32,7%), as ‘*Preparações de produtos hortícolas e frutas*’ (+28,1 milhões), principalmente tomate conservado, as ‘*Carnes e miudezas*’ (+19,8 milhões), com destaque para a de suíno (+15,3 milhões), e os ‘*Produtos hortícolas*’ (+19,5 milhões), como legumes, batata, cebola e outros hortícolas.

Verificaram-se decréscimos, em termos homólogos, superiores a -5 milhões de euros nas exportações de ‘*Peixe, crustáceos e moluscos*’ (-9,9 milhões de euros), onde se inclui o bacalhau, apesar de um aumento significativo no peixe congelado (+25,1 milhões) e também dos filetes de peixe (+6,4 milhões), no ‘*Leite, lacticínios e ovos*’ (-9,7 milhões), principalmente queijos, leite e nata, nas ‘*Sementes e frutos de oleaginosas*’ (-5,9 milhões), nas ‘*Plantas e produtos de floricultura*’ (-5,7 milhões) e nos ‘*Cereais*’ (-5,7 milhões), com destaque para o trigo e sua mistura com centeio.

No quadro em Anexo encontram-se relacionados os 24 capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2), que incluem todos os produtos “*Agroalimentares*”, divididos em dois conjuntos: Capítulos em que se verificaram acréscimos em termos homólogos nos primeiros onze meses de 2013 e Capítulos detentores de decréscimos no mesmo período. Num e noutro conjunto encontram-se os produtos desagregados a quatro dígitos, sempre que com valor superior a 1 milhão de euros, por sua vez subdivididos entre acréscimos e decréscimos, quando caso disso.

5 – Evolução do Valor Médio de Exportação por Tonelada por Capítulos da NC

Uma análise da evolução dos preços médios de exportação dos produtos “*Agroalimentares*” exigiria a construção de amostras mais finas, a partir de conjuntos de produtos com maior homogeneidade, com utilização de métodos estatísticos adequados.

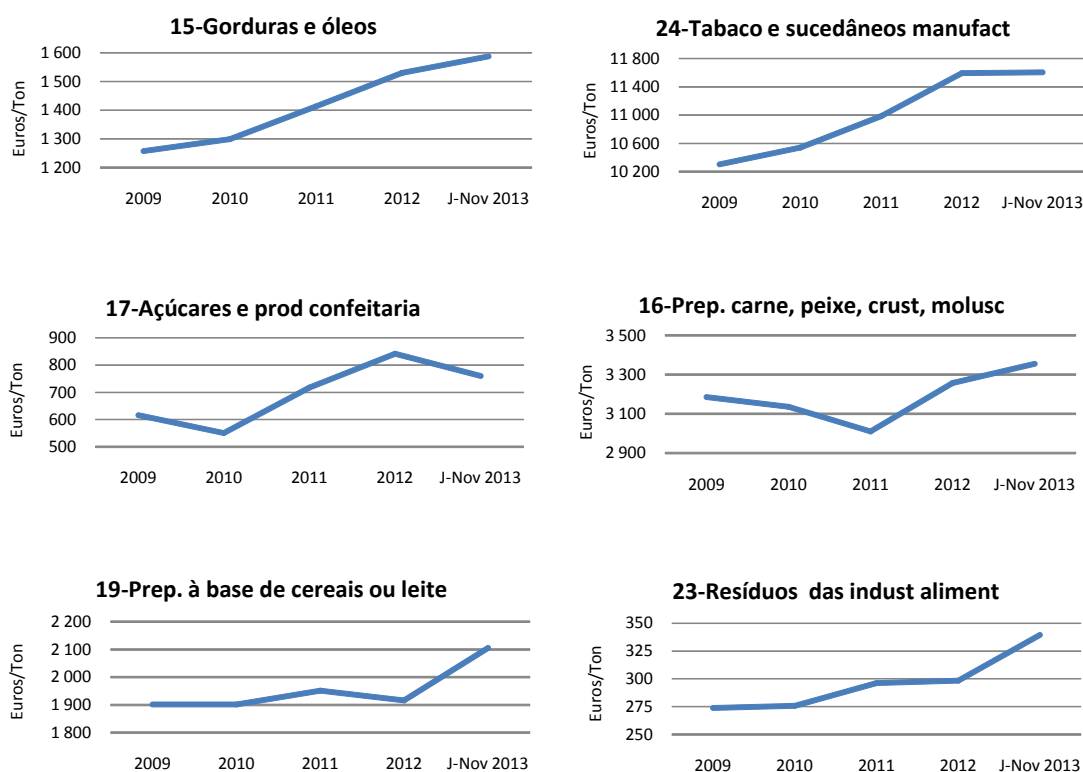
³ Os dados de base utilizados nesta análise são de fonte EUROSTAT, fornecidos pelo INE àquela entidade logo após a sua divulgação, por se ter pretendido incluir neste trabalho também um exercício com base nas quantidades exportadas, informação que o INE fornece ao Eurostat mas que não consta ainda do seu portal na Internet. Em termos de valores, a única pequena diferença existente entre as versões das duas fontes (8,7 milhões de euros, menos de 0,2% do total em Jan-Nov. 2013) reside no Cap.º 24, em que o Eurostat inclui as Provisões de Bordo dos 24 capítulos em que se inserem os produtos Agroalimentares aqui considerados (aliás em desdobramento de posição pautal não constante da NC), e que o INE inclui em duas posições pautais específicas (Intra e Extra-UE).

Pretende-se aqui tão somente encontrar, relativamente ao conjunto de produtos que integram cada capítulo, uma tendência de evolução dos seus valores médios de exportação por tonelada, em particular entre os dois últimos anos, utilizando-se para 2013 a informação disponível para os primeiros onze meses do ano.

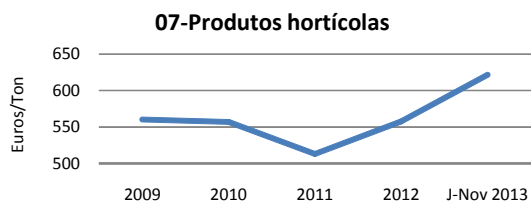
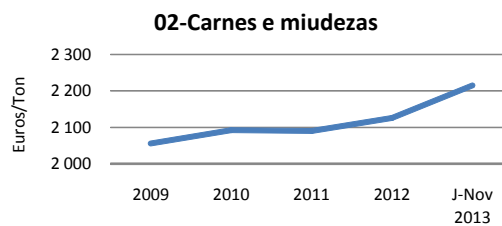
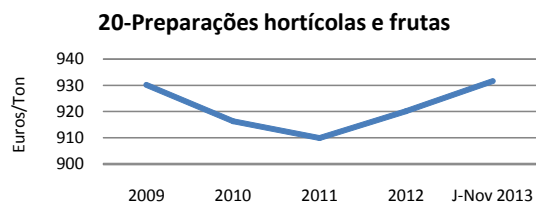
Assim, foram calculados estes indicadores para nove Capítulos, que registaram cada um deles acréscimos de 20 ou mais milhões de euros no período de janeiro a novembro de 2013 face ao período homólogo do ano anterior e representaram 48,1% da exportação total de produtos “*Agroalimentares*”, tendo contribuído com 7,7 pontos percentuais para uma taxa de variação homóloga global de +7,4%.

Todos os Capítulos aqui considerados, à exceção do dos “*Produtos hortícolas*”, integram predominantemente produtos transformados, constatando-se, de 2012 para 2013, uma tendência para uma subida do valor médio por tonelada em sete deles, uma prática estabilização no do “*Tabaco e seus sucedâneos manufacturados*” e uma descida no dos “*Açúcares e produtos de confeitaria*” (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do valor médio de exportação por tonelada dos produtos de 9 Capítulos da NC - 2009 a 2012 e Jan-Nov. 2013 –



(continua)



Fonte: a partir de dados de base do Eurostat.

ANEXO 1

**Exportações portuguesas de produtos “Agroalimentares”
por Capítulos da Nomenclatura Combinada desagregados a 4 dígitos (NC-4)
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por NC-4 em 2003)
- 2010 a 2012 e Janeiro a novembro de 2012 e 2013 -**

Capítulos (NC-2) em que se verificaram acréscimos em 2013:

Capítulos da NC (NC-2) desagregados a 4 dígitos (NC-4)	Acréscimos e decréscimos (milhões de Euros)			
	10-09	11-10	12-11	Jan-Nov 13-12
Total dos Agro-alimentares	372.4	537.3	310.2	353.2
15 Gorduras e óleos animais e vegetais	47.7	120.5	24.7	97.2
<i>Acréscimos:</i>				
1509 Azeite de oliveira, mesmo refinado	27.8	53.5	48.5	77.6
1512 Óleo de girassol, cártamo ou algodão, mesmo refinado	4.4	-1.4	15.8	19.1
1520 Glicerol em bruto; águas e lixívias glicéricas	-0.3	3.2	0.5	2.7
1514 Óleo de nabo silvestre, colza ou mostarda, mesmo refinado	-0.0	-0.0	1.4	2.1
1515 Outras gorduras e óleos vegetais, fixos, mesmo refinados	-1.5	6.2	-0.5	2.0
1522 Dégras; resíduos matérias gordas ou das ceras animais/vegetais	-1.5	-0.2	0.1	1.9
<i>Decréscimos:</i>				
1517 Margarina; preparações alimentícias de gordura ou óleos	1.1	4.6	3.9	-4.2
1518 Gorduras e óleos vegetais/animais, cozidos/oxidados/modif quimic	-3.8	4.4	-0.7	-3.7
24 Tabaco e seus sucedâneos manufacturados [1]	-15.0	14.9	22.8	48.4
<i>Acréscimos:</i>				
2402 Charutos, cigarilhas e cigarros, de tabaco ou seus sucedâneos	-16.5	16.6	15.4	27.6
2403 Outros prod tabaco manufacturad; tabaco reconst/extractos/molhos	5.9	-3.0	-8.7	10.4
2401 Tabaco não manufatcrurado; desperdícios de tabaco	-7.5	1.2	17.5	8.6
17 Açúcares e produtos de confeitaria	-27.8	25.5	-36.3	44.3
<i>Acréscimos:</i>				
1701 Açúcar cana/beterraba/sacarose quimicamente pura, estado sólido	-32.4	26.1	-35.4	43.7
1702 Outr açúcares (lactose//glicose/frutose/etc); xaropes; suced do mel	2.1	1.0	-0.1	1.2
16 Preparações carnes/peixes/crustáceos/moluscos	5.2	47.5	27.9	44.2
<i>Acréscimos:</i>				
1604 Conservas de peixe; caviar e sucedâneos prep a partir de ovas	7.1	26.0	28.7	28.4
1601 Enchidos de carne/miudezas/sangue; suas preparações	-0.4	12.4	4.9	9.2
1605 Conservas de crustáceos/moluscos/outros ivertebrados aquáticos	2.3	3.1	-4.2	4.1
1602 Outras preparações (não enchidos) de carne/miudezas/sangue	-3.8	6.1	-1.5	2.4
19 Prep base cereais ou leite; produtos de pasteleria	18.5	31.7	24.3	37.0
<i>Acréscimos:</i>				
1901 Extractos malte; prep aliment de farinhas/amidos/féculas/malte/outr	2.3	10.9	2.8	25.7
1905 Prod padaria/pastelaria/bolach/biscoit/hóstias/cápsulas medicament	14.2	16.2	18.6	10.6
1904 Prod base cereais (corn flakes); grãos cereais prep, except milho	1.6	2.4	0.7	1.2
23 Resíduos ind aliment; alimentos prep p/animais	13.8	-11.4	7.8	32.7
<i>Acréscimos:</i>				
2304 Bagaço soja/outr resid extracção óleo, mesmo triturados/pellets	1.0	-12.3	-0.7	18.9
2309 Prep p/alimentação animal (cães, gatos, peixes,aves, suínos, etc)	10.1	0.5	6.9	6.2
2301 Farinhas/pellets de carnes/peixe/crustác/molusc, ã p/ alim humana	1.5	0.4	2.2	3.7
2306 Bagaço outr resid extracção óleos vegetais, mesmo triturad/pellets	4.1	0.5	-2.6	2.4
2303 Resid amido/polpa beterraba/bagaço cana/resid ind cerveja, outros	0.1	-0.1	-0.3	1.5

(continua)

**Exportações portuguesas de produtos “Agroalimentares”
por Capítulos da Nomenclatura Combinada desagregados a 4 dígitos (NC-4)
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por NC-4 em 2003)
- 2010 a 2012 e Janeiro a novembro de 2012 e 2013 – (continua)**

Capítulos da NC (NC-2) desagregados a 4 dígitos (NC-4)	Acréscimos e decréscimos (milhões de Euros)			
	10-09	11-10	12-11	Jan-Nov 13-12
20 Prep de produtos hortícolas, frutas ou plantas	8.3	33.9	25.9	28.1
<i>Acréscimos:</i>				
2002 Tomates preparados/conservados excepto em vinagre	-9.7	9.9	10.7	20.3
2005 Outros prod hortíc prep/conserv except vinagre, não congelados	-2.0	5.6	2.4	6.2
2007 Doces/geleias/marmeladas/purés/pastas de frutas, por cozimento	1.1	1.1	0.7	1.3
2008 Frutas/plantas prep/conserv outro modo, n.e. nem incl outras p.p.	6.3	10.9	6.1	1.3
<i>Decréscimos:</i>				
2009 Sumos frutas/hortícolas (incl mosto uvas), ñ ferment ou adic álcool	4.7	2.5	-3.1	-1.8
02 Carnes e miudezas comestíveis	9.8	19.8	28.9	19.8
<i>Acréscimos:</i>				
0203 Carne de suíno, fresca/refrigerada/congelada	4.8	3.6	18.7	15.3
0207 Miudezas galinhas/patos/perús/gansos/pintadas, fresc/refrig/cong	3.9	8.9	0.9	3.8
0210 Carnes/miudezas salgadas/secas/fumad/farinh/pós, comestíveis	-2.5	3.1	1.2	2.7
0202 Carne de bovino, congelada	3.4	-2.1	0.1	1.2
<i>Decréscimos:</i>				
0201 Carne de bovino, fresca/refrigerada	-0.1	4.6	6.7	-5.1
07 Prod hortícolas, raízes e tubérculos comestíveis	-22.2	4.2	26.5	19.5
<i>Acréscimos:</i>				
0704 Couves/couve-flor/repolho/semelhant género Brassica, fresc/refrig	-2.0	0.3	2.0	7.9
0701 Batatas frescas/refrigeradas	-1.2	-1.7	4.0	7.8
0709 Outros produtos hortícolas, frescos/refrigerados	6.1	1.8	5.4	6.7
0713 Legumes de vagem, secos, em grão	2.5	-3.7	-1.4	4.4
0703 Cebolas, alhos e outros produtos hortícolas aliáceos, fresc/refrig	2.7	0.0	2.7	3.6
0706 Cenoura/nabo/beterraba/aipo/rabanetes/raízes semelh, fresc/refrig	-3.8	-2.2	4.4	2.8
<i>Decréscimos:</i>				
0710 Produtos hortícolas cozidos ou não, congelados	-9.6	6.8	1.1	-4.6
0702 Tomates frescos/refrigerados	-11.0	1.5	4.6	-3.8
0712 Prod hortícolas secos (mesmo pedaços/fatias/triturados/pó)	-5.1	1.6	3.4	-2.9
0705 Alface e chicórias, frescas/refrigeradas	-0.3	-3.6	2.7	-2.8
05 Produtos de origem animal n.e.	9.6	4.7	7.0	9.8
<i>Acréscimos:</i>				
0504 Tripas, bexigas e buchos, excepto de peixes	5.0	1.5	9.8	7.5
0511 Prod animais n.e. ñ incl nour p.p./animais mortos ñ p/alim humana	4.6	3.2	-3.2	1.2
09 Café, chá, mate e especiarias	3.0	10.5	5.7	5.3
0910 Gengibre/açafrão/curcuma/tomilho/louro/caril e outras especiarias	0.8	-1.0	0.3	4.7
01 Animais vivos	-5.7	-2.2	21.4	5.2
<i>Acréscimos:</i>				
0102 Animais vivos da espécie bovina	3.3	-2.0	11.2	4.0
0104 Animais vivos da espécie ovina e caprina	1.6	0.4	2.3	2.1
<i>Decréscimos:</i>				
0105 Galos, galinhas, patos, gansos, perús, pintadas, domésticos,vivos	-2.6	-3.4	3.6	-1.8
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	60.6	114.8	78.4	4.0
<i>Acréscimos:</i>				
2204 Vinhos de uvas frescas, incluindo vinhos enriquecidos com álcool	32.5	42.5	49.3	23.7
2202 Águas minerais/gaseific c/açúcar/edulcor; outr bebidas não alcoólic	2.1	23.5	7.4	4.4
2208 Alcool etílico menos 80%; aguardentes, licores, outr bebidas spirit	-4.4	2.2	-0.4	2.8
2209 Vinagres e seus sucedâneos obtidos a partir do ácido acético	0.3	0.5	1.8	1.3

(continua)

**Exportações portuguesas de produtos “Agroalimentares”
por Capítulos da Nomenclatura Combinada desagregados a 4 dígitos (NC-4)
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por NC-4 em 2003)
- 2010 a 2012 e Janeiro a novembro de 2012 e 2013 – (continua)**

Capítulos da NC (NC-2) desagregados a 4 dígitos (NC-4)	Acréscimos e decréscimos (milhões de Euros)			
	10-09	11-10	12-11	Jan-Nov 13-12
<i>Decréscimos:</i>				
2203 Cerveja de malte	32.4	40.6	24.3	-28.4
11 Prod ind moagem, amidos, féculas, glúten de trigo	1.3	7.9	2.8	0.4
<i>Acréscimos:</i>				
1101 Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	-1.2	2.4	2.8	4.5
<i>Decréscimos:</i>				
1102 Farinhas de cereais, excepto de trigo ou mistura de trigo e centeio	1.3	2.0	2.9	-2.3
1107 Malte, mesmo torrado	1.1	-0.2	0.1	-1.6
18 Cacau e suas preparações	-0.3	6.6	0.2	0.0
<i>Acréscimos:</i>				
1805 Cacau em pó, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	0.0	0.0	0.6	1.5
<i>Decréscimos:</i>				
1806 Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	-0.4	6.6	-0.5	-1.5

Capítulos (NC-2) em que se verificaram decréscimos em 2013:

03 Peixes, crustáceos e moluscos	155.5	78.7	-35.7	-9.9
<i>Acréscimos:</i>				
0303 Peixe congelado, excepto filetes	27.6	7.8	10.1	25.1
0304 Filetes e outra carne peixe, mesmo picada, fresc/refrig/congelada	17.1	12.1	-12.2	6.4
<i>Decréscimos:</i>				
0301 Peixes vivos	17.0	27.1	-6.4	-17.6
0305 Peixe seco/salg/salmoura/fumad/farinh/pó/pellets, p/alim humana	9.5	4.7	-5.6	-12.4
0307 Moluscos e outr invertebrados vivos/fresc/refrig/cong/secos/salg	72.1	31.4	-29.6	-5.4
0306 Crustáceos viv/fresc/refrig/cong/sec/salg/cozid/pó, p/alim humana	10.7	-4.0	8.7	-3.9
0302 Peixe fresco/refrigerado, excepto filetes	1.5	-0.4	-0.7	-2.2
04 Leite e lacticínios, ovos, mel	40.8	2.3	34.5	-9.7
<i>Acréscimos:</i>				
0407 Ovos de aves c/ casca, frescos, conservados ou cozidos	3.9	-1.5	7.6	5.5
0402 Leite/nata concentrados ou adicionados de açúcar/edulcorantes	9.3	2.4	-5.1	4.6
<i>Decréscimos:</i>				
0406 Queijo e requeijão	-14.1	11.0	12.8	-12.4
0401 Leite/nata não concentrados nem adicionados açúcar/edulcorantes	5.3	7.8	5.0	-6.0
12 Sementes/frutos de oleagin, plantas ind/medicinais	23.1	2.9	-8.2	-5.9
<i>Acréscimos:</i>				
1208 Farinhas de oleaginosas, excepto de mostarda	1.8	2.0	4.5	8.5
1202 Amendoim não torrado nem cozido, mesmo descacado/triturado	0.0	0.1	0.0	2.7
<i>Decréscimos:</i>				
1201 Soja, mesmo triturada	1.2	-5.2	4.8	-7.1
1206 Sementes de girassol, mesmo trituradas	0.4	1.8	0.0	-4.4
1212 Alfarroba/algas/beterr/cana, fresc/sec/pó; outr n.e. ã incl outra p.p.	2.0	-4.2	4.6	-4.3
1213 Palhas e cascas de cereais em bruto	-0.0	4.2	-2.6	-1.1
06 Plantas vivas e produtos de floricultura	3.4	3.5	-4.3	-5.7
<i>Acréscimos:</i>				
0602 Outras plantas/raízes vivas/estacas/enxertos/micélios cogumelos	7.7	-3.9	3.7	1.2
<i>Decréscimos:</i>				
0604 Folhas/ramos s/ flores/botões, ervas, musgo, fresc/sec/preparados	2.1	4.4	-7.2	-6.6

(continua)

**Exportações portuguesas de produtos “Agroalimentares”
por Capítulos da Nomenclatura Combinada desagregados a 4 dígitos (NC-4)
(acréscimos e decréscimos superiores a 1 milhão de euros por NC-4 em 2003)
- 2010 a 2012 e Janeiro a novembro de 2012 e 2013 -**

Capítulos da NC (NC-2) desagregados a 4 dígitos (NC-4)	Acréscimos e decréscimos (milhões de Euros)			
	10-09	11-10	12-11	Jan-Nov 13-12
10 Cereais	-9.1	8.2	-8.9	-5.7
<i>Acréscimos:</i>				
1006 Arroz	-1.3	0.0	-1.4	3.9
<i>Decréscimos:</i>				
1001 Trigo e mistura de trigo com centeio	-1.7	-1.5	2.8	-8.5
08 Frutas, cascas de citrinos e melões	60.9	14.7	41.9	-2.9
<i>Acréscimos:</i>				
0802 Frutas casca rija, excepto coco/castanha Brasil/cajú, fresc/secas	5.8	9.6	7.6	7.4
0811 Frutas congeladas, mesmo adicionadas de açúcar/edulcorantes	3.5	0.2	3.8	6.9
0804 Tâmaras/figos/ananas/abacates/goiabas/mangas, frescos/secos	6.7	-0.0	-8.3	4.8
0810 Outra fruta fresc (morangos/framboesas/groselhas/mirtilos/kiwis/etc)	10.7	3.3	13.1	3.5
<i>Decréscimos:</i>				
0807 Melões, melancias e papaia, frescos	14.1	6.0	4.2	-8.6
0809 Damascos, cerejas, pêssegos, ameixas e abrunhos, frescos	-4.6	-6.2	-4.6	-7.9
0805 Citrinos, frescos/secos	24.3	-3.6	28.8	-7.4
0803 Bananas, incluindo os plátanos, frescas/secas	1.3	-1.1	-0.5	-1.2
0808 Maçãs, peras e marmelos, frescos	1.5	1.4	-0.5	-1.0
13 Gomas, resinas e outros extractos vegetais	-2.8	-3.1	2.6	-2.0
14 Matérias p/entrançar e outros prod vegetais	1.1	0.2	-1.6	-0.6
21 Preparações alimentícias diversas	-7.2	1.0	21.8	-0.4
<i>Acréscimos:</i>				
2106 Preparações alimentícias n.e. nem incluídas noutras p.p.	-5.5	2.2	11.2	2.7
2103 Preparações p/molhos e molhos; condimentos/temperos; mostarda	-1.5	-3.9	5.3	1.3
<i>Decréscimos:</i>				
2104 Caldos, sopas e s/preparações; prep alimentícias homogeneizadas	1.2	-0.1	3.2	-2.3
2105 Sorvetes, mesmo contendo cacau	-3.3	6.1	1.9	-1.8

[1] O Eurostat inclui no Cap. 24 o somatório das provisões de bordo dos Cap's 1 a 24, a que corresponde, em 2013, um acréscimo de 1,8 milhões de Euros.

Fonte: a partir de dados de base do Eurostat.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>18 de fevereiro de 2014</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 18 de fevereiro de 2014 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Semestre Europeu – Relatório Anual relativo ao Crescimento: O Conselho adotou conclusões referentes ao Relatório Anual relativo ao Crescimento no âmbito do Semestre Europeu de 2014. Neste contexto, o Conselho concordou com a manutenção das prioridades já identificadas em 2013¹, tendo realçado a necessidade de se <i>i)</i> prosseguir uma política orçamental orientada para o crescimento económico, diferenciada de acordo com a margem orçamental de cada estado-membro, garantindo a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas, <i>ii)</i> restaurar o crédito à economia e <i>iii)</i> promover um crescimento sustentável e inclusivo, o emprego e a competitividade. O Conselho considerou ainda que, tendo em conta os desafios que ainda se colocam, torna-se necessário que os estados-membros continuem a implementar, de forma determinada e ambiciosa, as reformas estruturais acordadas a nível da UE, bem como as reformas a que se comprometeram nos seus programas nacionais de reforma. ▪ Relatório sobre o Mecanismo de Alerta: O Conselho adotou conclusões relativas ao relatório da Comissão Europeia referente ao Mecanismo de Alerta, o qual é o ponto de partida para o procedimento por desequilíbrios excessivos. As conclusões realçam a necessidade de se analisar de forma mais aprofundada os desenvolvimentos recentes nos estados-membros já sujeitos a análise nos anos anteriores, para se avaliar a persistência dos desequilíbrios, os riscos associados a esta persistência e os progressos registados na sua resolução no quadro de implementação das políticas previamente recomendadas. É ainda indicada a necessidade de haver um enfoque na correção dos desafios mais prementes, devendo ser aplicada, se necessário, a parte corretiva do procedimento, embora com a distinção entre estados-membros relativamente ao tipo e grau dos riscos apresentados e à urgência com que devem ser corrigidos. É ainda feita referência às alterações técnicas introduzidas aos indicadores do <i>scoreboard</i> e auxiliares e à inclusão de indicadores sociais auxiliares na avaliação dos estados-membros. <p>Recorda-se que a Comissão identificou dezasseis estados-membros onde existem ou pode vir a existir riscos de desequilíbrios: Alemanha, Bélgica, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Luxemburgo, Malta, Reino Unido e Suécia. Alemanha e Luxemburgo serão avaliados pela primeira vez, devido, essencialmente, aos elevados excedentes da balança corrente, bem como a Croácia na sequência da adesão à UE.</p> <p>Portugal, juntamente com Chipre, Irlanda, Grécia e Roménia, não está sujeito a este procedimento, uma vez que se encontra em supervisão reforçada devido ao seu programa de assistência financeira onde a correção dos desequilíbrios macroeconómicos é também considerada. No entanto, o Conselho reconhece nestas conclusões os bons progressos já efetuados por estes países.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de quitação da execução do Orçamento da União Europeia de 2012 e orientações orçamentais para 2015: O Conselho aprovou uma

¹ Prioridades identificadas: *i)* prosseguir uma consolidação orçamental que potencie o crescimento económico; *ii)* restaurar o normal fluxo de crédito à economia e *iii)* implementar reformas estruturais orientadas para a promoção da competitividade e que contribuam para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, *iv)* combater o desemprego e as suas consequências sociais e *v)* modernizar a Administração Pública.

Iniciativa	Sumário
	<p>recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão Europeia pela execução do orçamento da UE para 2012 e aprovou conclusões que estabelecem as prioridades para o processo orçamental de 2015, as quais referem a necessidade de manutenção da disciplina orçamental na UE, uma vez que, apesar da melhoria das perspetivas económicas, a maioria dos estados-membros continua a enfrentar restrições orçamentais significativas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismo Único de Resolução (SRM): O Conselho renovou o mandato da Presidência para negociar com o Parlamento Europeu o Regulamento SRM. O mandato permitirá à Presidência retomar as negociações com o Parlamento Europeu em alguns pontos onde existia um impasse, nomeadamente no que respeita <i>i)</i> ao papel da sessão plenária do Comité Único de Resolução (SRB), incluindo as modalidades de votação, <i>ii)</i> ao papel do Conselho na resolução e <i>iii)</i> ao controlo efetuado pelo SRB das decisões das autoridades de resolução nacionais. A Presidência irá igualmente estudar a possibilidade de acelerar o ritmo da mutualização no Fundo Único de Resolução (SRF) e a possibilidade de este se endividar nos mercados. <p>No domínio dos serviços financeiros, destacam-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> – A decisão do Conselho ECOFIN de adiamento da data limite de migração para a SEPA (<i>Single Euro Payments Area</i>) de 1 de fevereiro de 2014 para 1 de agosto de 2014. Para o efeito, o Conselho adotou uma alteração ao Regulamento SEPA (Regulamento 260/2012) na sequência do acordo alcançado com o Parlamento Europeu, aguardando-se a respetiva publicação em Jornal Oficial nas próximas semanas. – A confirmação pelo COREPER, no dia 19 de fevereiro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu relativo às novas regras sobre mercados de instrumentos (o denominado pacote DMIF/RMIF, composto por uma Diretiva e um Regulamento). – A confirmação pelo COREPER, no dia 26 de fevereiro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu referente ao denominado Regulamento relativo às Centrais de Valores Mobiliários.
<p>Execução orçamental para 2014</p> <p>Conselho de Ministros de 27 de fevereiro</p>	<p>Aprovou o diploma de execução orçamental para 2014, estabelecendo as normas que presidem à execução do Orçamento do Estado para 2014.</p> <p>As disposições agora aprovadas abrangem os orçamentos dos serviços integrados, os orçamentos dos serviços e fundos autónomos, independentemente de gozarem de regime especial, e o orçamento da segurança social.</p> <p>No âmbito do dever de informação, continua a estabelecer-se a obrigatoriedade de disponibilização pelos serviços e organismos de um conjunto substancial de elementos, de modo a permitir a permanente verificação do cumprimento dos objetivos da execução orçamental para 2014, bem como a privilegiar-se a utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação nos procedimentos de informação relativos ao controlo da execução orçamental.</p> <p>São reforçados os mecanismos de controlo rigoroso imprescindíveis à política de consolidação orçamental que tem vindo a ser seguida pelo Governo, designadamente através da adoção de medidas de criterioso controlo da despesa pública, sem prejuízo de ser concedida uma maior flexibilidade aos serviços e organismos da Administração Pública na respetiva gestão orçamental.</p>
<p>Conselho de Ministros de 27 de fevereiro</p>	<p>Aprovou as medidas necessárias à execução do Regulamento da União Europeia relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, vulgarmente designado por EMIR (da designação em língua inglesa <i>European Market Infrastructure Regulation</i>), alterando</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>ainda o Código dos Valores Mobiliários.</p> <p>As medidas agora aprovadas visam regular determinados aspetos do regime referido, como as normas sancionatórias aplicáveis às contrapartes financeiras e contrapartes não financeiras em caso de violação dos deveres previstos no regulamento, estabelecendo, por imposição do mesmo, a divulgação das sanções aplicadas.</p>
<p>Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020</p> <p>Conselho de Ministros de 27 de fevereiro</p>	<p>Aprovou o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020.</p> <p>O Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 constitui a resposta nacional em matéria de cooperação para o desenvolvimento, definindo prioridades, quer no plano bilateral, quer no plano multilateral, tendo como objetivo mobilizar os atores nacionais em torno de uma política comum de Cooperação, mais alinhada, mais instrumental e mais visível para os interesses nacionais e para as prioridades dos países parceiros.</p> <p>Este documento assenta em quatro princípios chave: a coerência/coordenação entre parceiros; a concentração geográfica e sectorial, privilegiando projetos com dimensão e natureza estruturante; a apropriação, com enfoque no desenvolvimento de capacidades e na sustentabilidade; e a parceria, através da partilha de capacidades e recursos, incluindo fontes de financiamento (com a União Europeia, com outros países no âmbito da cooperação triangular, com países parceiros e com o sector privado).</p> <p>Definem-se prioridades em termos geográficos e em termos de eixos de orientação estratégica. Em termos geográficos as prioridades são os PALOP e Timor Leste. Em termos de eixos estratégicos são apontados dois, a Governação, Estado de direito e direitos humanos, e o Desenvolvimento Humano e os bens públicos fundamentais.</p> <p>O Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020 recolheu o contributo de dezenas de entidades e de personalidades de reconhecido mérito no sector da cooperação, considerando os novos desafios nacionais, bem como a evolução da arquitetura internacional de cooperação com novos atores, dinâmicas e instrumentos de financiamento, com realce para o papel sector privado.</p>
<p>Regime excecional e transitório a aplicar à reabilitação de edifícios residenciais</p> <p>Conselho de Ministros de 20 de fevereiro</p>	<p>Aprovou um diploma que estabelece um regime excecional e transitório a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, concluídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a afetar total ou predominantemente ao uso habitacional.</p> <p>No que respeita ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas, prevê-se a dispensa da observância de disposições técnicas que não se traduzam numa verdadeira garantia da habitabilidade do edificado reabilitado, designadamente sobre aspetos relacionados com áreas mínimas de habitação, altura do pé-direito ou instalação de ascensores.</p> <p>Estão ainda previstas situações excecionadas ao nível da aplicação de requisitos acústicos, eficiência energética e instalações de telecomunicações. Este regime excecionando uma série de normas técnicas permitirá reduzir os custos na reabilitação urbana, num período transitório de sete anos, para imóveis habitacionais com mais de três décadas.</p> <p>Na preparação deste diploma o Governo contou com a colaboração de uma comissão composta por personalidades de reconhecido mérito e entidades do sector, com o objetivo de elaborar um projeto que estabelecesse as «Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos», visando dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.</p>
<p>Alterações ao Código do Trabalho</p> <p>Conselho de Ministros de 13 de fevereiro</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que procede a, no que diz respeito à cessação do contrato por extinção do posto de trabalho ou por inadaptação.</p> <p>As alterações, que foram objeto de um profundo trabalho de concertação social, visam, por um lado, dar cumprimento aos compromissos assumidos com a maioria dos parceiros sociais no Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, bem como com o Memorando de Entendimento e, por outro lado, suprir as declarações de inconstitucionalidade constantes em Acórdão (n.º 602/2013) do Tribunal Constitucional.</p> <p>Na cessação do contrato por extinção do posto de trabalho são objetivados e densificados os critérios que têm de ser observados pelo empregador, e retomada a exigência de não estar disponível outro posto de trabalho compatível com a categoria profissional do trabalhador.</p> <p>No que concerne à cessação por inadaptação repõe-se em vigor o requisito de existência, na empresa, de outro posto de trabalho disponível e compatível com a categoria profissional do trabalhador.</p>
<p>Interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade</p> <p>Conselho de Ministros de 13 de fevereiro</p>	<p>Aprovou um diploma que transpõe uma diretiva comunitária relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade.</p> <p>Esta diretiva tem como objetivo que as pessoas com deficiência e as pessoas com mobilidade reduzida tenham o mesmo direito que os restantes cidadãos à liberdade de circulação, à liberdade de escolha e à não-discriminação e devem dispor de oportunidades de acesso ao transporte ferroviário comparáveis às dos restantes cidadãos.</p> <p>É exigido que as empresas ferroviárias e os gestores de estações assegurem a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às estações, aos cais, ao material circulante e a todas as instalações.</p>
<p>Lei da Organização do Sistema Judiciário</p> <p>Conselho de Ministros de 6 de fevereiro</p>	<p>Aprovou na generalidade um diploma que procede à regulamentação da Lei da Organização do Sistema Judiciário e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.</p> <p>Desta reorganização resulta uma clara agilização na distribuição e tramitação processual, uma simplificação na afetação e mobilidade dos recursos humanos e uma autonomia das estruturas de gestão dos tribunais, que permitem e implicam a adoção de práticas gestórias por objetivos, potenciando claros ganhos de eficácia e eficiência, em benefício de uma justiça de maior qualidade e mais consentânea com a realidade local.</p>
<p>Cursos técnicos superiores profissionais</p> <p>Conselho de Ministros de 6 de fevereiro</p>	<p>Aprovou um diploma que procede à criação de um novo tipo de formação superior curta não conferente de grau, os cursos técnicos superiores profissionais.</p> <p>O objetivo destes cursos é alargar e diversificar a oferta de ensino superior em Portugal e por essa via aumentar o número de cidadãos com qualificações superiores necessárias ao país. Estes ciclos de estudos curtos têm a duração de dois anos, estando previstos no Quadro Europeu de Qualificações com nível 5.</p> <p>Esta oferta educativa deve ter uma forte inserção regional, concretizada ao nível da sua criação, definição dos planos de estudos e concretização da componente de formação em contexto de trabalho, na interação obrigatória com as empresas e associações empresariais da região.</p> <p>Estes ciclos de estudos serão ministrados no âmbito do ensino superior polítéc-</p>

Iniciativa

Sumário

nico e têm uma componente de formação geral e científica, uma componente de formação técnica e uma componente de formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de um estágio.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Medida Estágios Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 20-A/2014. D.R. n.º 21, Suplemento, Série I de 2014-01-30</p>	<p>Segunda alteração à Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho que cria a medida Estágios Emprego.</p>
<p>«<i>Contrato emprego-inserção</i>» e «<i>Contrato emprego-inserção+</i>»</p> <p>Portaria n.º 20-B/2014. D.R. n.º 21, Suplemento, Série I de 2014-01-30</p>	<p>Quarta alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+».</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos de aquisição de frota automóvel de manutenção</i></p> <p>Portaria n.º 76/2014 D.R. n.º 22, Série II de 2014-01-31</p>	<p>Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Entidade Pública Reclássificada, a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de aquisição de serviços de gestão e operação da frota automóvel para transporte de equipas de piquete e de apoio à manutenção da rede de transporte público por metropolitano.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos ao espetáculo Mozart Concert Arias</i></p> <p>Portaria n.º 77/2014 D.R. n.º 23, Série II de 2014-02-03</p>	<p>Autoriza o Organismo de Produção Artística, E.P.E. (OPART) a proceder à repartição de encargos, relativos à autoria e colaboração na montagem do espetáculo "Mozart Concert Arias".</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos à aquisição de testes de qualidade de software</i></p> <p>Portaria n.º 78/2014 D.R. n.º 23, Série II de 2014-02-03</p>	<p>Portaria que autoriza o Instituto de Informática, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de aquisição de serviços à Consultadoria de Testes de Qualidade de Software.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de atribuição de financiamento público a programas e estruturas socio-sanitárias</i></p> <p>Portaria n.º 82/2014 D.R. n.º 24, Série II de 2014-02-04</p>	<p>Autoriza o SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências a proceder à repartição de encargos relativos aos contratos de atribuição de financiamento público a programas e estruturas socio-sanitárias de redução de riscos e minimização de danos no domínio da droga e da toxicodependência.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a serviços de impressão</i></p> <p>Portaria n.º 83/2014 D.R. n.º 24, Série II de 2014-02-04</p>	<p>Autoriza o Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., a assumir encargos nos anos de 2014 a 2017 relativamente ao aluguer de serviços de impressão.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos à valorização de património</i></p> <p>Portaria n.º 84/2014 D.R. n.º 25, Série II de 2014-02-05</p>	<p>Autoriza a Direção Regional de Cultura do Algarve a proceder à repartição de encargos, relativos à segunda fase do projeto Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a limpeza de cavaliças da GNR</i></p> <p>Portaria n.º 88/2014 D.R. n.º 27, Série II de 2014-02-07</p>	<p>Autoriza a realização da despesa inerente à aquisição de serviços de limpeza das cavaliças da Unidade de Segurança e Honras de Estado da Guarda Nacional Republicana.</p>
<p><i>Rent-a-car – características dos veículos</i></p> <p>Deliberação n.º 212/2014. D.R. n.º 29, Série II de 2014-02-11</p>	<p>Definição dos veículos de características especiais que podem ser objeto de contrato de aluguer, vulgar rent-a-car.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Estratégia Nacional para o Mar</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014. D.R. n.º 30, Série I de 2014-02-12	Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.
<i>Constituição de comissão para renegociação de contrato</i> Despacho n.º 2258/2014 D.R. n.º 30, Série II de 2014-02-12	Constituição de uma comissão para a renegociação do contrato relativo à conceção, projeto, fornecimento, montagem, construção, gestão e manutenção de um sistema integrado de tecnologia <i>trunking</i> digital para a Rede de Emergência e Segurança de Portugal.
<i>Direitos dos consumidores</i> Decreto-Lei n.º 24/2014. D.R. n.º 32, Série I de 2014-02-14	Transpõe a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores.
<i>Registo nacional das agências de viagens e turismo</i> Decreto-Lei n.º 26/2014. D.R. n.º 32, Série I de 2014-02-14	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagens e turismo, reduzindo o valor da taxa devida ao Turismo de Portugal, I.P., pela inscrição no registo nacional das agências de viagens e turismo.
<i>Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Algarve</i> Despacho n.º 2488/2014 D.R. n.º 33, Série II de 2014-02-12	Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Algarve.
<i>Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Alentejo</i> Despacho n.º 2489/2014 D.R. n.º 33, Série II de 2014-02-12	Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direção Regional de Cultura do Alentejo.
« <i>Fatura da Sorte</i> » Decreto-Lei n.º 26-A/2014. D.R. n.º 33, Suplemento, Série I de 2014-02-17	No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 242.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, cria o sorteio «Fatura da Sorte».
<i>Autorização de celebração de contratos de prestação de serviços e aquisição de equipamentos</i> Portaria n.º 129/2014 D.R. n.º 35, Série II de 2014-02-19	Autoriza o Conselho Diretivo, do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, a celebrar contratos de prestação de serviços e aquisição de equipamentos para a operacionalização da Carta Desportiva Nacional - Sistema Nacional de Informação Desportiva.
<i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de prestação de serviços de Gestão e Fiscalização</i> Portaria n.º 130/2014 D.R. n.º 35, Série II de 2014-02-19	Autoriza a Parque Escolar, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra, para as Escolas da Delegação Norte - Lote FN1.
<i>Isenta a APEL de IRC</i> Despacho n.º 2714/2014 D.R. n.º 35, Série II de 2014-02-19	Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.
<i>Reconhecimento de atividade como sendo de natureza científica</i> Despacho n.º 2718/2014. D.R. n.º 35, Série II de 2014-02-19	Reconhece que a atividade desenvolvida pelo INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores: Investigação e Desenvolvimento em Lisboa é de natureza científica, para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico.
<i>Reconhecimento de atividade como sendo de natureza científica</i> Despacho n.º 2719/2014. D.R. n.º 35, Série II de 2014-02-19	Reconhece que a atividade desenvolvida pelo Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET) é de natureza científica, para efeitos do Estatuto do Mecenato Científico.
<i>Small Business Act</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2014. D.R. n.º 36, Série I de 2014-02-20	Comete à reunião de coordenação dos assuntos económicos e do investimento a função de Comité de Acompanhamento em Portugal do «Small Business Act», para a Europa.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de prestação de serviços de Gestão e Fiscalização</i></p> <p>Portaria n.º 134/2014 D.R. n.º 36, Série II de 2014-02-20</p>	<p>Autoriza a Parque Escolar, E. P. E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra, para as Escolas da Delegação Sul - Lote FS8.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de prestação de serviços de Gestão e Fiscalização</i></p> <p>Portaria n.º 135/2014 D.R. n.º 36, Série II de 2014-02-20</p>	<p>Autoriza a Parque Escolar, E. P. E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra, para as Escolas da Delegação Norte - Lote FN3.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de prestação de serviços de Gestão e Fiscalização</i></p> <p>Portaria n.º 136/2014 D.R. n.º 36, Série II de 2014-02-20</p>	<p>Autoriza a Parque Escolar, E. P. E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra, para as Escolas da Delegação Norte - Lote FN2.</p>
<p><i>Autorização de repartição de encargos relativos a contratos de prestação de serviços de Gestão e Fiscalização</i></p> <p>Portaria n.º 137/2014 D.R. n.º 36, Série II de 2014-02-20</p>	<p>Autoriza a Parque Escolar, E. P. E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de Prestação de Serviços de Gestão e Fiscalização da Empreitada e Coordenação de Segurança em Obra, para as Escolas da Delegação Sul - Lote FS7.</p>
<p>«Fatura da Sorte»</p> <p>Portaria n.º 44-A/2014. D.R. n.º 36, Suplemento, Série I de 2014-02-20</p>	<p>Aprova o regulamento do sorteio «Fatura da Sorte», criado pelo Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro.</p>
<p><i>Determinação da criação de um grupo de trabalho</i></p> <p>Despacho n.º 2934/2014. D.R. n.º 37, Série II de 2014-02-21</p>	<p>Nomeia o Grupo de Trabalho de Avaliação dos Impactos decorrentes da aplicação da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.</p>
<p><i>Exempção de autorização prévia</i></p> <p>Despacho n.º 2942/2014. D.R. n.º 37, Série II de 2014-02-21</p>	<p>Exceciona da autorização prévia contratação com encargos plurianuais.</p>
<p><i>Autorização de celebração de contratos de aquisição de serviços de manutenção</i></p> <p>Portaria n.º 159/2014 D.R. n.º 38, Série II de 2014-02-24</p>	<p>Autoriza a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária a celebrar contrato de aquisição de serviços de manutenção do Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCOT), do Portal de Contraordenações, do atual e futuro Sistema de Informação e Gestão de Autos (SIGA) e do Sistema de Registo de Infrações do Condutor (SRIC).</p>
<p><i>Regime de salvaguarda de ativos estratégicos</i></p> <p>Lei n.º 9/2014. D.R. n.º 38, Série I de 2014-02-24</p>	<p>Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos.</p>
<p><i>Orçamento do Estado para 2014</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 11/2014. D.R. n.º 38, Série I de 2014-02-24</p>	<p>Declaração de retificação à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, sobre «Orçamento do Estado para 2014», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 253, 1.º suplemento, de 31 de dezembro de 2013.</p>
<p><i>Programa Erasmus+</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014. D.R. n.º 38, Série I de 2014-02-24</p>	<p>Cria as agências nacionais para a gestão do Programa Erasmus+ em Portugal.</p>
<p><i>Lei de enquadramento orçamental (LEO)</i></p> <p>Portaria n.º 47/2014. D.R. n.º 39, Série I de 2014-02-25</p>	<p>Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015, no âmbito da lei de enquadramento orçamental (LEO), e revoga a Portaria n.º 166/2013, de 29 de abril.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regime legal do papel comercial</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 29/2014. D.R. n.º 39, Série I de 2014-02-25</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 69/2004, de 25 de março, que regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial, por forma a estimular o recurso a este instrumento de financiamento por um conjunto maior de emitentes e fomentar os mercados de emissão, admissão e negociação de papel comercial, contribuindo para o alargamento das alternativas de financiamento das empresas, ajustando ainda o Código dos Valores Mobiliários em conformidade.</p>
<p><i>Serviço interoperável de chamadas de urgência automáticas à escala da UE (eCall)</i></p> <p>Despacho n.º 3117/2014. D.R. n.º 39, Série II de 2014-02-25</p>	<p>Determina a criação de um grupo de trabalho, doravante GTeCall, encarregue de apresentar às respetivas tutelas um projeto de decreto -lei que, no âmbito da Lei n.º 32/2013, de 10 de maio, defina as entidades envolvidas, e respetivas responsabilidades e competências, para a prossecução e implementação do serviço interoperável de chamadas de urgência automáticas à escala da UE (eCall), bem como a forma de articulação entre as referidas entidades.</p>
<p><i>Definição do número máximo de médicos aposentados que poderão ser contratados</i></p> <p>Despacho n.º 3235/2014 D.R. n.º 41, Série II de 2014-02-27</p>	<p>Fixa, para o ano de 2014, o número de médicos aposentados que podem ser contratados pelos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Varição homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.